

Kepler Weber S.A.

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
com relatório do auditor independente



Índice

Demonstrações financeiras Completas

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente das Demonstrações Financeiras	13
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	20
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	21
Parecer Conselho Fiscal	22
Balancos patrimoniais	24
Demonstrações dos resultados	26
Demonstrações dos resultados abrangentes	27
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	29
Demonstrações do valor adicionado	30
Notas explicativas às demonstrações financeiras	31



São Paulo, 12 de março de 2020 – A Kepler Weber S/A (B3: KEPL3), Companhia controladora do Grupo Kepler Weber, líder de mercado em armazenagem de grãos, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2019 (4T19) e dos 12 meses do ano (12M19). As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas em Reais, com base em números consolidados e de acordo com as disposições contidas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

DESTAQUES

Receita Líquida

Receita Líquida atingiu R\$179,4 milhões no 4T19, redução de 7,5% em relação ao mesmo trimestre de 2018. No acumulado de 2019 a receita líquida atingiu R\$583,5 milhões, aumento de 1,2% frente ao mesmo período de 2018.

Lucro Bruto

Lucro Bruto de R\$49,7 milhões no 4T19, 11,2% maior que o 4T18. A margem bruta do trimestre foi de 27,7%, 4,7 p.p. maior que no 4T18. O lucro bruto acumulado somou R\$ 145,2 milhões, 74,2% maior que 2018. A margem bruta no período ficou em 24,9%, aumento de 10,4 pontos percentuais em relação ao acumulado de 2018.

EBITDA

O **EBITDA** somou R\$30,9 milhões positivo no 4T19, redução de 28,4% em relação a R\$43,2 milhões no 4T18. A margem EBITDA do trimestre foi de 17,2%, 5,1 pontos percentuais menor que o mesmo período de 2018. O EBITDA dos 12M19 atingiu R\$83,3 milhões, maior que R\$48,4 milhões observados nos 12M18. Já a margem EBITDA ficou em 14,3% nos 12M19 e 5,9 pontos percentuais maior que o mesmo período de 2018.

Lucro Líquido

Lucro Líquido de R\$21,1 milhões no 4T19, com margem líquida de 11,8%. Nos 12M19 o lucro líquido somou R\$37,6 milhões com margem líquida de 6,4%, frente R\$8,3 milhões de Lucro Líquido no acumulado de 2018.

Principais Indicadores (R\$ milhões)	4T18	4T19	Δ%	2018	2019	Δ%
Receita Líquida	194,0	179,4	-7,5%	576,3	583,5	1,2%
CPV	(149,2)	(129,6)	-13,1%	(492,9)	(438,3)	-11,1%
Lucro Bruto	44,7	49,7	11,2%	83,4	145,2	74,2%
Lucro Líquido	28,7	21,1	-26,6%	8,3	37,6	354,5%
EBITDA	43,2	30,9	-28,4%	48,4	83,3	72,1%
EBITDA AJUSTADO*	32,8	31,6	-3,7%	43,1	92,5	114,6%
Margem Bruta	23,1%	27,7%	4,6 p.p.	14,5%	24,9%	10,4 p.p.
Margem Líquida	14,8%	11,8%	-3 p.p.	1,4%	6,4%	5 p.p.
Margem EBITDA	22,3%	17,2%	-5,1 p.p.	8,4%	14,3%	5,9 p.p.
Margem EBITDA ajustado	16,9%	17,6%	0,7 p.p.	7,5%	15,9%	8,4 p.p.
Endividamento Líquido (R\$ mil)	(4,4)	(21,4)	387,3%	(7,2)	(44,8)	520,7%
Investimentos (R\$ mil)	1,7	5,0	194,1%	11,0	13,2	20,0%

*Ebitda ajustado = Ebitda (-) Eventos não recorrentes (Contingências, Multas Contratuais, Baixa do Imobilizado e Impostos Extemporâneos - CPRB)



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2019, o principal foco da Companhia foi reforçar a execução da estratégia de crescimento sustentável, diferenciado e de proximidade com os clientes. Continuamos focados em alavancar melhores resultados, mesmo em situação adversa. Apesar da redução no volume de vendas, conseguimos, por meio de nossa estratégia de reposição de preços, alinhada à gestão de custos e despesas, alcançar um aumento expressivo de 354,5% no Lucro Líquido, atingindo R\$37,6 milhões, ratificando nosso compromisso com a retomada da rentabilidade da Companhia.

No acumulado de 2019, chegamos a R\$583,5 milhões de Receita Líquida, um avanço de 1,2% em comparação ao mesmo período de 2018. De igual modo, o CPV atingiu R\$438,3 milhões no ano, queda de 11,1% quando comparado ao mesmo período de 2018. O EBITDA Ajustado totalizou R\$92,5 milhões, aumento de 114,6% em relação à 2018. A margem EBITDA ajustada do período ficou em 15,9% e 8,4 pontos percentuais acima, quando comparada ao mesmo período de 2018.

O Resultado Líquido antes do Imposto de Renda foi de R\$47,5 milhões no acumulado do ano, comparado a R\$15,3 milhões no mesmo período de 2018.

Os resultados de 2019 são reflexo das ações da Companhia, tanto na captura de melhores preços e mix favorável de produtos, quanto na redução constante dos seus custos e despesas. Por meio do Lean Manufacturing, a Companhia vem adequando sua capacidade de produção e, conseqüentemente, otimizando os recursos utilizados e minimizando os custos fabris, o que contribuiu a cada trimestre com a melhoria gradual nos resultados.

De acordo com o último levantamento de safra realizado pela CONAB em março de 2020, a produção nacional de grãos na safra 2019/2020 está estimada em um recorde de 251,9 milhões de toneladas, graças ao aumento de área plantada (+2,4%) e da expectativa de maior produtividade média. Caso confirmada, a produção de grãos da safra 2019/2020, será 4,1% superior à safra anterior 2018/2019.

Após 6 meses de vigência do Plano Safra 2019/2020 (Julho de 2019 a Junho de 2020), observamos que a tomada de recursos do PCA (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns) se demonstrou aquecida, com o rápido comprometimento de todo o valor disponível de R\$ 1,615 bilhões. Neste cenário, observa-se que os recursos disponibilizados não são suficientes para a redução do expressivo déficit de armazenagem de grãos.

Como a construção de unidades armazenadoras é um investimento de valores consideráveis em ativo imobilizado, os financiamentos de longo prazo são primordiais para a estabilidade do fluxo de caixa dos produtores, e a disponibilidade destas linhas de crédito está diretamente conectada com a tomada de decisão de investimento dos clientes.

A Companhia acredita que ao somar a excelência técnica de nossos produtos à excelência no serviço prestado, proporcionará uma experiência cada vez mais positiva e marcante aos nossos clientes, parceiros e investidores. Com isso em 2019 realizamos 2 grandes eventos, o primeiro **PDEK – Programa de Desenvolvimento de Empreiteiras Kepler**” conduzido pela área de Implantação de Projetos, chamado “PDEK DAY 1”, quando recebemos as empresas parceiras



fornecedoras de serviços de montagem, clientes, empresas do segmento do agronegócio e de tecnologia, que relataram seus cases de mudança. O segundo evento foi o “**Portas Abertas**” que contou com a presença de clientes, parceiros e investidores, quando proporcionamos um momento de ampliação dos conhecimentos sobre o agronegócio e análise de mercado, com a palestra “**Cenários do Agronegócio no Brasil e no Mundo**”, apresentada por consultoria especializada em Análise de Mercados¹.

Em dezembro de 2019, houve alteração na composição acionária da Companhia. A Previ, Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, vendeu grande parte de sua participação e a principal compradora foi a Tarpon Gestora de Recursos, que já era acionista da Kepler Weber S/A e aumentou sua participação, tornando-se o maior acionista da Companhia.

Assim, com um balanço sólido e um plano robusto de inovação em produtos e serviços, a Kepler Weber está bem posicionada para se beneficiar de um maior crescimento do setor do agronegócio no Brasil, consolidando sua liderança em soluções de pós-colheita e ainda se estabelecer como um player relevante no mercado de equipamentos de movimentação de grãos.

Piero Abbondi

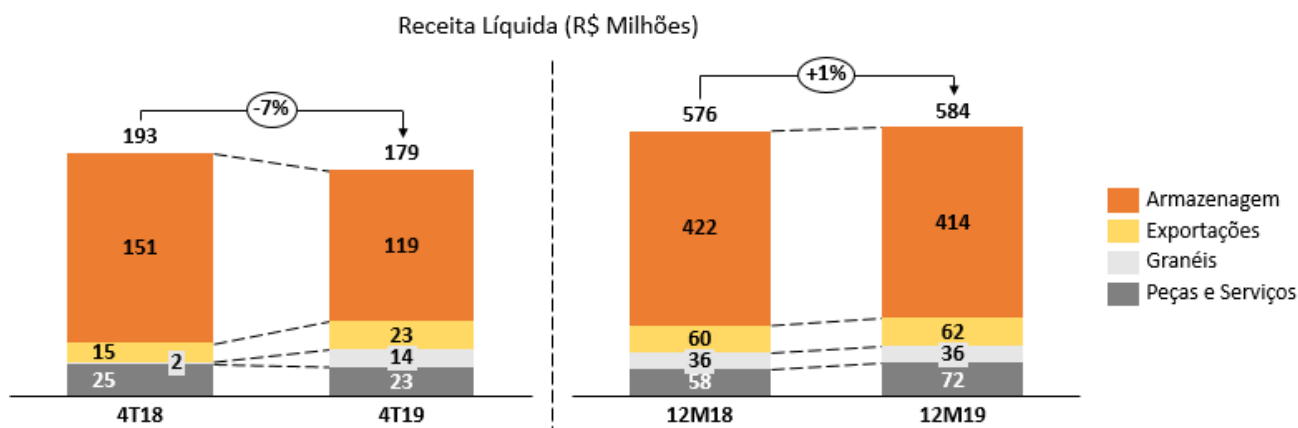
Diretor Presidente e de RI

¹ Cogo Inteligência de Agronegócio



DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

RECEITA LÍQUIDA



A **Receita Líquida** no 4T19 somou R\$179,4 milhões, redução de 7,5% em relação ao 4T18. No acumulado do ano a Receita Líquida atingiu R\$583,5 milhões, aumento de 1,2% frente ao acumulado de 2018. As explicações, estão detalhadas abaixo:

A **Receita Líquida no segmento de Armazenagem** no 4T19 atingiu R\$119,0 milhões, redução de 21,0% frente ao mesmo período de 2018. No acumulado de 2019 somou R\$413,5 milhões, 2,0% menor que o acumulado de 2018. A estratégia da Companhia para recuperação de preços, implementada a partir do segundo semestre de 2018 em busca de margens sustentáveis, compensaram em sua grande maioria o menor volume de vendas no período.

No segmento de **Exportação** de soluções de armazenagem no 4T19, a Receita Líquida atingiu R\$22,8 milhões, 47,5% maior que o observado no 4T18. No acumulado de 2019, a Receita Líquida de Exportação somou R\$62,2 milhões um aumento de 3,8% em relação ao acumulado de 2018. O aumento na receita provém de uma política de vendas mais competitiva, aliada a política de gestão de preços, estes ajustes somados a alta do dólar no período, proporcionaram resultados positivos nesse segmento.

A Receita Líquida no segmento de **Granéis** no 4T19 atingiu R\$14,5 milhões, muito maior comparado ao resultado de R\$2,2 milhões do 4T18. No acumulado de 2019, a Receita Líquida de Granéis somou R\$35,6 milhões, se mantendo praticamente estável em relação ao acumulado de 2018. No 4T19 voltamos a direcionar nosso foco estratégico nesse segmento e adicionalmente implantamos o Lean Manufacturing, esses fatores contribuíram para o aumento expressivo na receita, principalmente na comparação entre os trimestres.

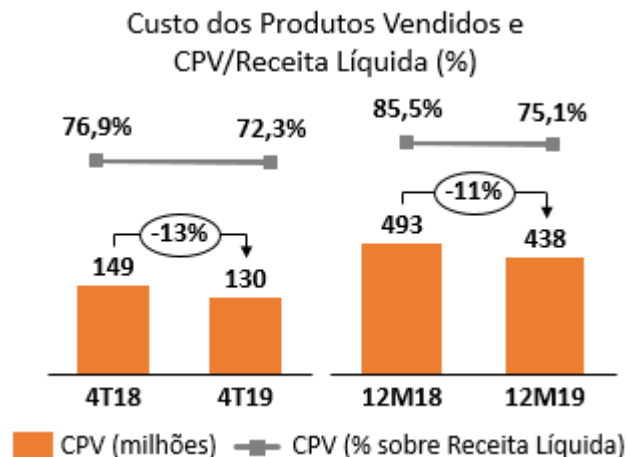
A Receita Líquida no segmento de **Reposição e Serviços** no 4T19 atingiu R\$23,0 milhões, redução de 8,9% em relação ao 4T18, reflexo na queda no volume de vendas no mercado interno. No acumulado de 2019, a Receita Líquida de Reposição e Serviços somou R\$72,1 milhões, 23,9% maior que o acumulado de 2018. No ano, este segmento apresentou performance positiva, devido, entre outros fatores, a estratégia assertiva de instalação de centros de distribuição para atender as demandas dos clientes de forma ágil e com qualidade. O aumento relevante nesse segmento é



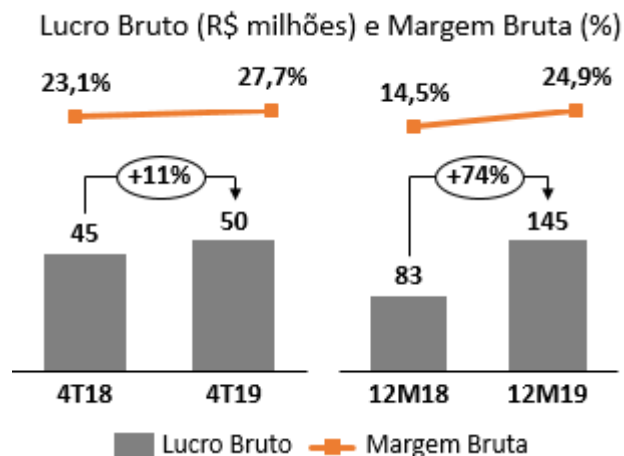
decorrente de nossa sincronização com a demanda de mercado, com peças de reposição a pronta entrega nos centros de distribuição posicionados estrategicamente no território nacional. O crescimento da Receita de Reposição e Serviços é consequência desta estratégia de entregar peças de reposição e serviços de forma ágil e rápida aos clientes.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

O CPV somou R\$129,6 milhões no 4T19, apresentando uma redução de 13,1% em relação ao 4T18. No acumulado de 2019, o CPV da Companhia atingiu R\$438,3 milhões, queda de 11,1% frente ao acumulado de 2018, representando 75,1% da receita líquida e redução de 10,4 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, o principal motivo da redução no CPV são ganhos obtidos nos projetos de redução de custos e o aumento da produtividade.



LUCRO BRUTO



O Lucro Bruto da Companhia no 4T19 totalizou R\$49,7 milhões, aumento de 11,2% frente o 4T18. A margem bruta no trimestre, por sua vez, atingiu 27,7%, aumento de 4,7 p.p versus o mesmo trimestre de 2018. No acumulado de 2019 o Lucro Bruto somou R\$145,2 milhões, avanço de 74,2% frente os R\$83,4 milhões comparado ao mesmo período de 2018. Este desempenho positivo ratifica o nosso compromisso com a rentabilidade e uma rígida gestão de preços e custos.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com Vendas

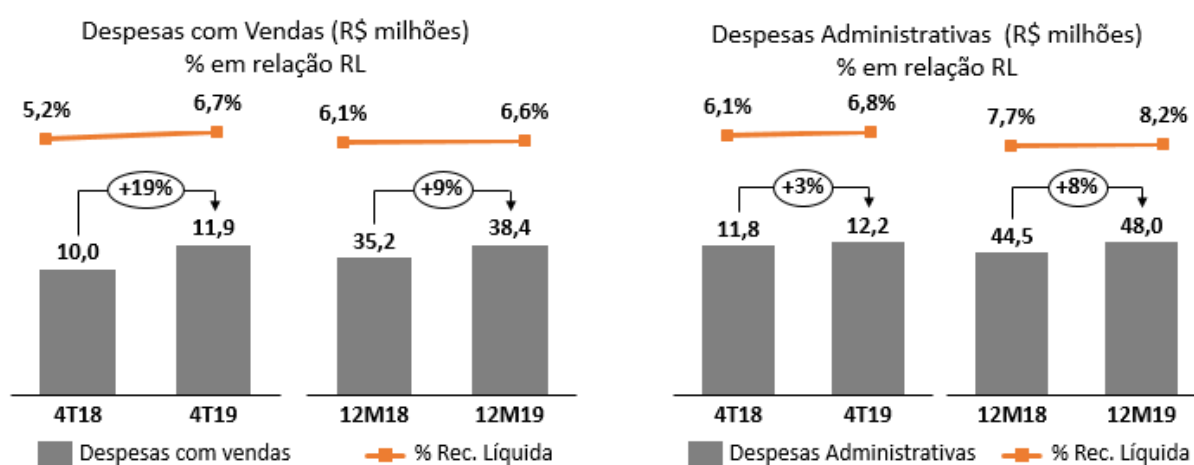
Despesas com Vendas no 4T19 ficaram 19,3% maior em relação ao mesmo período de 2018, totalizando R\$11,9 milhões. No acumulado de 2019, as despesas com vendas somaram R\$38,4



milhões, aumento de 9,2% quando comparado ao acumulado de 2018. O motivo do aumento reflete o crescimento no segmento de Reposição e Serviços que impactaram nas comissões dos representantes e dos operadores logísticos dos Centros de Distribuição de peças.

Despesas Gerais e Administrativas

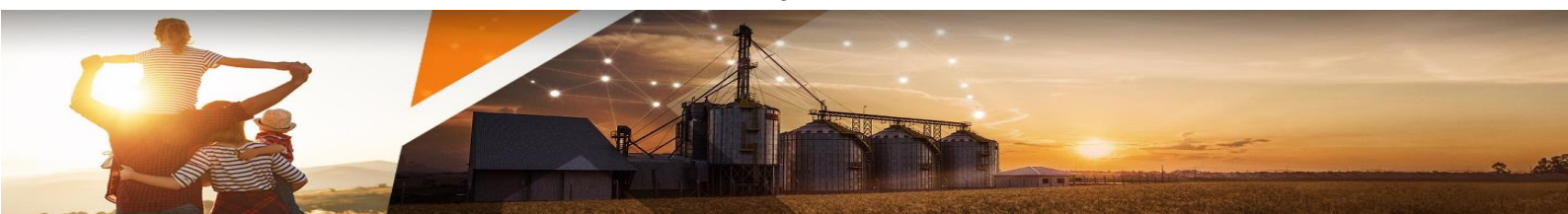
As Despesas Gerais e Administrativas no 4T19 somaram R\$12,2 milhões, aumento de 2,8% quando comparadas as despesas de R\$11,8 milhões no 4T18. No acumulado de 2019, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$48,0 milhões, aumento de 7,8% na comparação entre o mesmo período, o principal motivo foi o reposicionamento da área de Suprimentos como setor administrativo. Anteriormente as despesas eram lançadas diretamente no CPV e desconsiderando esse impacto as despesas permaneceriam praticamente estáveis entre os períodos.



RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras

As Receitas Financeiras totalizaram R\$3,2 milhões no 4T19, 22,4% maior que o mesmo período de 2018, decorrente da alteração no critério das aplicações financeiras por operações mais rentáveis e sem incidência de IOF. No acumulado de 2019 as receitas financeiras somaram R\$9,4 milhões, cerca de 36,9% menor que o acumulado de 2018, refletido pela redução na taxa de juros no período.



Despesas Financeiras

As Despesas Financeiras do 4T19 totalizaram R\$4,6 milhões, 4,8% menor que o 4T18. No acumulado de 2019 as despesas financeiras alcançaram R\$14,3 milhões, 30,7% menor que o acumulado de 2018. A queda nas despesas financeiras está relacionada ao menor endividamento e também pela redução da variação cambial passiva entre os períodos.

EBITDA

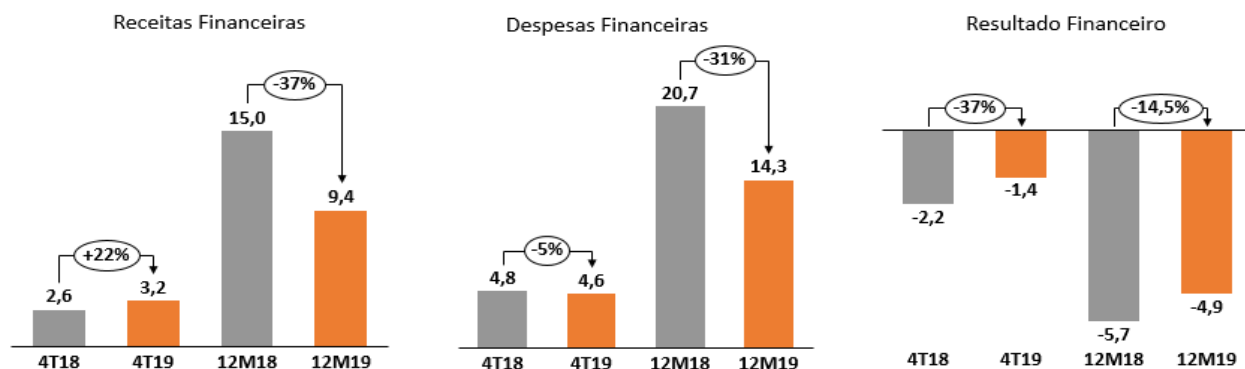
Resultado Líquido (R\$ mil)	4T18	4T19	Δ%	12M18	12M19	Δ%
Lucro do Período	28.748	21.109	-26,6%	8.266	37.572	354,5%
(+) Provisão para IR e CS - Corrente e Diferido	5.269	862	-83,6%	6.999	9.954	42,2%
(-) Receitas Financeiras	(2.599)	(3.181)	22,4%	(14.969)	(9.441)	-36,9%
(+) Despesas Financeiras	4.813	4.580	-4,8%	20.699	14.342	-30,7%
(+) Depreciações e Amortizações	6.955	7.566	8,8%	27.423	30.888	12,6%
EBITDA	43.186	30.936	-28,4%	48.418	83.315	72,1%

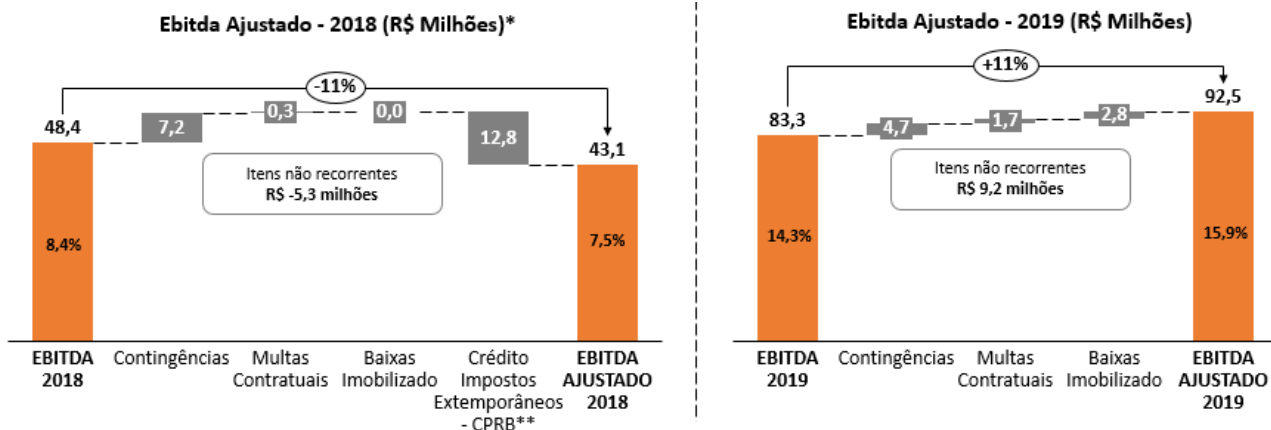
O **EBITDA** da Companhia alcançou no 4T19 R\$30,9 milhões, ante R\$43,2 milhões no 4T18. A margem do trimestre foi de 17,2%, ou seja, 5,0 pontos percentuais menor que o 4T18. É importante ressaltar que o 4T18 foi impactado positivamente por R\$12,8 milhões de reconhecimento de recuperação de créditos decorrente de recolhimentos à maior efetuados pela Companhia em exercícios anteriores, referente a contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta e créditos de PIS e COFINS sobre insumos. No acumulado de 2019, o EBITDA somou R\$83,3 milhões, frente R\$48,4 milhões no acumulado de 2018. O desempenho positivo é reflexo das ações da Companhia tanto na captura de melhores preços e mix favorável de produtos como na redução constante dos seus custos e despesas.

Além da performance do resultado operacional, a adoção inicial da norma IFRS-16 que trata de Arrendamento Mercantil (a partir de 1º de janeiro de 2019), contribuiu para o aumento da depreciação em R\$3,9 milhões, refletindo também no crescimento do Ebitda.

EBITDA AJUSTADO

Para efeito de comparabilidade, os principais eventos não recorrentes do ano de 2019 foram contingências, multas contratuais e baixas no imobilizado, totalizando o montante de R\$9,2 milhões. Desconsiderando esses itens não recorrentes, o Ebitda ajustado totalizou R\$92,5 milhões com margem de 15,9% em 2019, melhor quando comparado com o Ebitda ajustado de R\$43,1 milhões com margem de 7,5% em 2018.





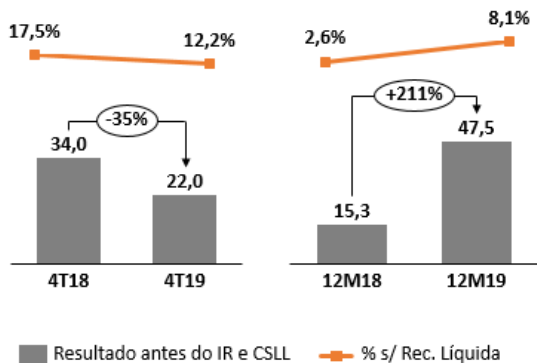
*Para efeito de comparabilidade demonstramos os itens não recorrentes também do ano de 2018.
 ** Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB

LUCRO LÍQUIDO

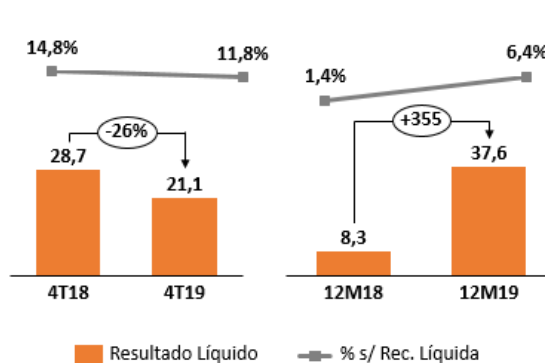
O **Lucro antes do IRPJ/CSLL** no 4T19 foi de R\$22,0 milhões com margem líquida de 12,2%, no 4T18 o resultado foi de R\$34,0 milhões com margem de 17,5%. No acumulado de 2019 o Lucro antes do IRPJ/CSLL foi de R\$47,5 milhões com margem de 8,1%, no acumulado de 2018 o resultado foi de R\$15,3 milhões com margem de 2,6%.

O **Lucro Líquido** no 4T19 foi de R\$21,1 milhões, com margem líquida de 11,8% e no 4T18 foi de 28,7 milhões com margem líquida de 14,8%. No acumulado de 2019 o Lucro Líquido foi de R\$37,6 milhões, com margem líquida de 6,4%, aumento de R\$ 29,3 milhões em relação ao Lucro Líquido de R\$8,3 milhões no acumulado de 2018. Mesmo com a pequena redução no volume de vendas no segmento de armazenagem, no ano de 2019 a reposição de preços alinhada a gestão de custos e despesas, proporcionaram aumento expressivo de 211% no Lucro antes do IRPJ/CSLL e aumento de 355% no Lucro líquido do período, ratificando nosso compromisso com a retomada da rentabilidade e crescimento nos Resultados da Companhia.

Resultado Líquido antes IR e CS (milhões) e Margem Líquida (%)

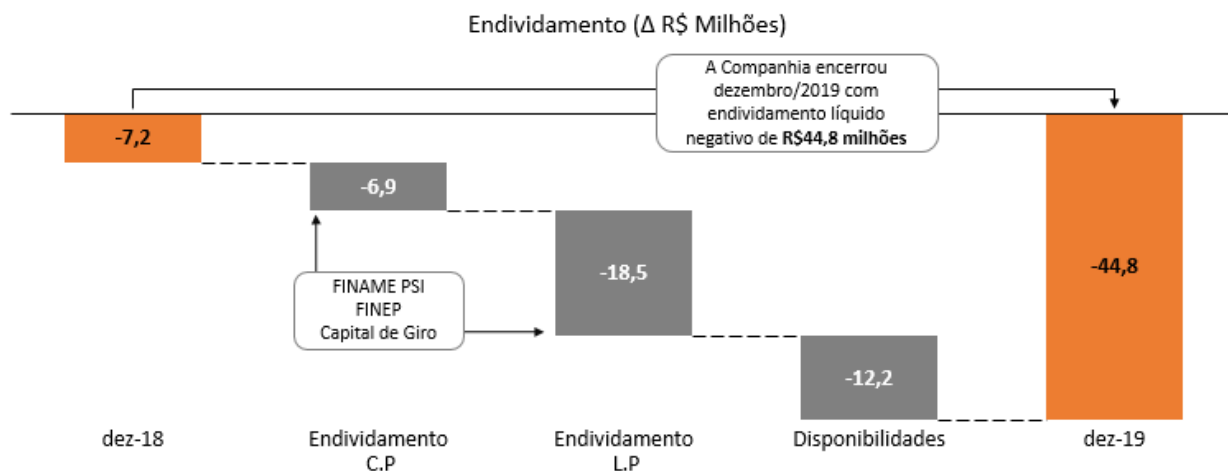


Resultado Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



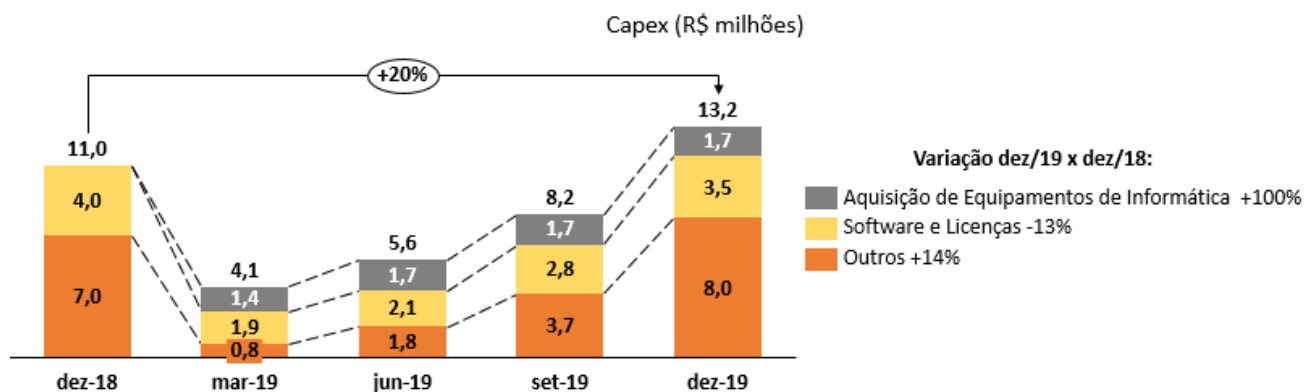
ENDIVIDAMENTO

Em 2019 as disponibilidades somaram R\$84,9 milhões, aumento de 16,7% em relação a 2018. Da dívida total consolidada no trimestre, a linha FINAME PSI correspondeu a 16,6%, FINEP a 45,2% e Capital de Giro 38,2%. Desta forma, o Endividamento Líquido em 2019 foi de R\$44,8 milhões negativos, frente os R\$7,2 milhões negativos em 2018.



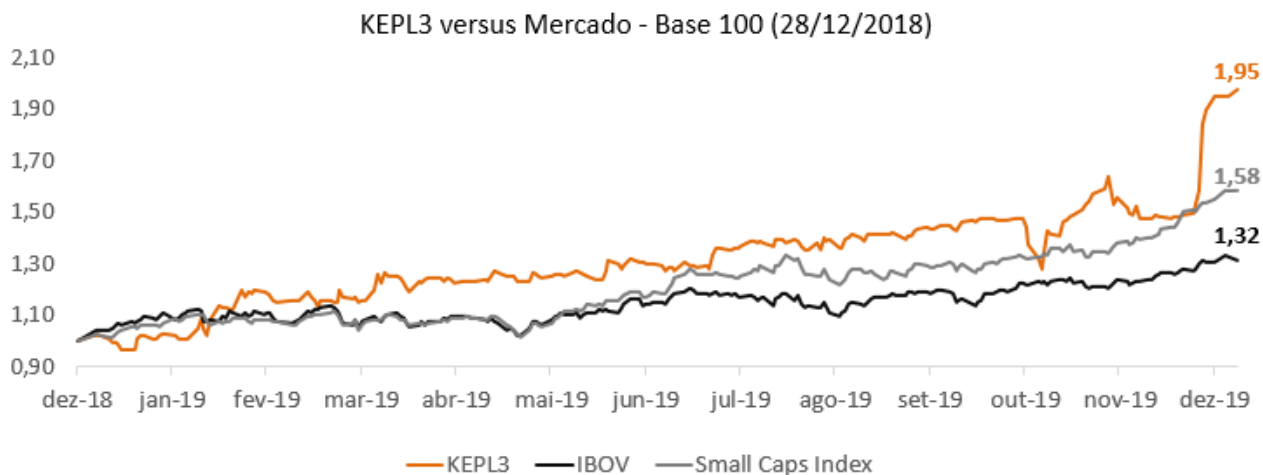
CAPEX

Os investimentos realizados pela Companhia em 2019 totalizaram R\$13,2 milhões (R\$11,0 milhões em 2018), utilizados para aquisição de equipamentos de informática (R\$1,7 milhão), software e licenças (R\$3,5 milhões) e outros (R\$8,0 milhões). Em relação a setembro de 2019 nosso capex teve uma elevação de R\$5,0 milhões ou 61,0%. Esse aumento foi pulverizado com destaque para projetos de novos produtos, adequação de normas de segurança de máquinas e equipamentos entre outros.



MERCADO DE CAPITAIS

A cotação das ações da Kepler Weber (B3: KEPL3) encerrou o 4T19 em R\$29,45, valorização de 97,4% quando comparado ao 4T18. O índice IBOVESPÁ apresentou uma valorização de 31,6% versus 4T18. Já o índice Small Caps Index apresentou uma valorização de 58,2% quando comparado ao 4T18.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e Diretores da Kepler Weber S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kepler Weber S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kepler Weber S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador



e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos - Consolidado

Veja as Notas nº 5.2 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A controlada da Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerados recuperáveis com base na projeção de lucros tributáveis futuros.</p> <p>O reconhecimento de ativos fiscais diferidos envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas sobre disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.</p> <p>A Companhia realiza julgamentos na aplicação de interpretação de leis tributárias que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas a premissas no processo de determinação das estimativas futuras de geração de lucros tributáveis, e pelo fato de que qualquer mudança relevante nessas premissas pode resultar em um ajuste material nos saldos dos ativos das demonstrações financeiras da controladora e julgamentos realizados na aplicação de</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, custos e despesas, bem como eventuais ajustes de natureza tributária para determinação dos lucros tributáveis projetados. - Obtivemos evidências de aprovação do estudo de recuperabilidade dos impostos diferidos pelos órgãos de governança da Companhia. - Com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das adições e deduções fiscais; - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, realizamos uma análise de sensibilidade sobre as principais premissas que fundamentam as projeções, tais como projeções de receitas, custos e despesas,



<p>interpretações de leis tributárias, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>avaliando o comportamento do estudo e das conclusões em mais de um cenário.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, indicavam a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
---	---

Provisões e passivos contingentes – tributárias, trabalhistas e cíveis – Controladora e Consolidado

Veja as Notas nº 5.2 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários, decorrentes do curso normal das suas operações, os quais estão sendo discutidos nas esferas administrativa e judicial.</p> <p>As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes.</p> <p>Dentre os processos classificados como risco de perda possível, o auto de lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda</p>	<p>Em nossos procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave da Companhia relacionados às divulgações e a determinação da probabilidade de perda das contingências. - Enviamos cartas de confirmação dos processos aos consultores jurídicos externos da Companhia e comparamos as respostas sobre a probabilidade de perda informadas por eles e os montantes envolvidos com as informações da Companhia. - Avaliamos, com o envolvimento dos nossos especialistas jurídicos e tributários, a fundamentação sobre as probabilidades de perda informadas pelos consultores jurídicos



do Rio Grande do Sul em 09 de outubro de 2015 contra sua controlada, possui atenção especial nas contingências tributárias, devido ao montante envolvido de R\$ 49.089 mil.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

sobre os principais processos tributários da Companhia.

-Avaliamos também, com base nas respostas dos advogados, a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação à natureza das contingências tributárias com perda provável e possível.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o valor das provisões e passivos contingentes, bem como, as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 20 de março de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas



demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança,



determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 11 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que:

1 – reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

2- reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

São Paulo, 11 de março de 2020.

Kepler Weber S.A.
Diretoria

Diretor Presidente
Piero Abbondi

Diretor Administrativo e Financeiro



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A Diretoria da Companhia, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que:

1 – reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

2- reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

São Paulo, 11 de março de 2020.

Kepler Weber S.A.
Diretoria

Diretor Presidente
Piero Abbondi

Diretor Administrativo e Financeiro
André Luís Paz Acosta



KEPLER WEBER S/A
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 91.983.056/0001-69
NIRE Nº 3530045422-7

Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 11 de março de 2020.

- 1. Data, Hora e Local:** No dia 11 de março de 2020, às 10:00 horas, na sede da Kepler Weber S/A, sito à Rua do Rócio, nº 84, 3º andar, São Paulo, SP.
- 2. Convocação:** Efetuada na Reunião do Conselho Fiscal ocorrida no dia 09 de março de 2020, conforme constou em Ata.
- 3. Mesa:** Márcio Ferraro, Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia e Rafael Zanon Guerra de Araujo representando a totalidade do Órgão Conselho Fiscal.

Convidados: Sr. Edirlei Lohrentz da Silva, Controller da Kepler Weber S/A, indicado para secretariar a presente reunião.
- 4. Ordem do Dia:** Emissão do Parecer do Conselho Fiscal.

Em apreciação as demonstrações financeiras da KEPLER WEBER S.A. e controlada, levantadas em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, aprovadas em reunião do Conselho de Administração nesta data. Concluídos os exames, foi emitido o seguinte:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da KEPLER WEBER S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa Método Indireto, do Valor Adicionado e de Resultados Abrangentes, bem como as Notas Explicativas relacionadas, e o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises, documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela KPMG – Auditores Independentes e no seu Relatório, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório



Anual da Administração, estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos participantes, encerrando-se a reunião

São Paulo, SP, 11 de Março de 2020.

Marcio Ferraro
Presidente do Conselho Fiscal

Rafael Zanon Guerra de Araújo
Conselheiro Fiscal

Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia
Conselheira Fiscal

Edirlei Lohrentz da Silva
Secretário



Kepler Weber S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.435	6.212	38.443	6.803
Títulos e valores mobiliários	10	9.852	11.757	40.688	42.142
Aplicação financeira retida	9	5.759	-	5.759	15.611
Contas a receber de clientes	11.a	-	-	66.074	54.409
Estoques	12	-	-	119.922	110.710
Impostos a recuperar	13	-	314	11.741	71.515
Imposto de renda e Contribuição social a recuperar	13	-	-	-	4.200
Despesas antecipadas		29	27	1.678	2.136
Partes relacionadas	22	1.599	5.832	-	-
Outros créditos		20	-	6.012	8.708
Ativos não circulantes mantidos para venda	19	12.950	-	12.950	-
Total do ativo circulante		36.644	24.142	303.267	316.234
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	10	-	4.503	-	8.187
Despesas antecipadas		-	-	910	-
Impostos a recuperar	13	-	-	23.921	-
Imposto de renda e Contribuição social a recuperar	13	1.085	-	3.333	-
Depósitos judiciais		-	-	6.128	5.239
Impostos diferidos	14.b	12	498	102.024	108.606
		1.097	5.001	136.316	122.032
Investimentos	15	400.373	365.426	4	4
Propriedades para investimento	16	38.544	53.474	13.639	13.913
Imobilizado	17	73	109	178.240	207.288
Intangível	18	1.280	1.280	41.613	44.802
Direito de uso	6.a	33	-	3.023	-
Total do ativo não circulante		440.303	420.289	236.519	266.007
		441.400	425.290	372.835	388.039
		478.044	449.432	676.102	704.273



Kepler Weber S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Circulante					
Fornecedores		45	154	53.652	45.736
Financiamentos e empréstimos	20	-	-	24.352	31.290
Salários e férias a pagar		112	659	19.078	11.800
Adiantamento de clientes	11b	-	-	49.997	83.736
Impostos a recolher	24	807	809	2.386	2.712
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		3	366	273	4.964
Comissões a pagar		-	-	5.298	4.650
Dividendos a pagar		6.388	2.590	6.388	2.590
Provisão para garantias		-	-	3.826	5.998
Outras contas a pagar		279	132	10.497	10.845
Financiamentos de Arrendamento		-	-	1.206	-
Total do passivo circulante		7.634	4.710	176.953	204.321
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	20	-	-	15.714	34.232
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25	276	332	11.704	21.284
Impostos a recolher	24	2.750	3.365	2.750	3.365
Outras contas a pagar		-	-	-	46
Financiamentos de Arrendamento		-	-	1.597	-
Total do passivo não circulante		3.026	3.697	31.765	58.927
Patrimônio líquido					
Capital social	27	234.322	234.322	234.322	234.322
Reservas de capital		48.576	51.231	48.576	51.231
Ajuste de avaliação patrimonial	27	38.846	41.730	38.846	41.730
Reserva de reavaliação	27	336	336	336	336
Reservas de lucros		145.304	113.406	145.304	113.406
Total do patrimônio líquido		467.384	441.025	467.384	441.025
Total do passivo + Patrimônio líquido		478.044	449.432	676.102	704.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Kepler Weber S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Receita	28	-	-	583.465	576.300
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	32	-	-	(438.271)	(492.940)
Lucro bruto		-	-	145.194	83.360
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas		-	-	(38.067)	(34.846)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros		-	-	(352)	(326)
Administrativas e gerais		(8.581)	(9.107)	(47.968)	(44.513)
Outras receitas operacionais	29	11.973	14.174	19.389	33.759
Outras despesas operacionais	30	(1.127)	(2.807)	(25.769)	(16.439)
Resultado da equivalência patrimonial	15	34.180	6.190	-	-
Lucro operacional		36.445	8.450	52.427	20.995
Despesas financeiras	33.a	(264)	(388)	(14.342)	(20.699)
Receitas financeiras	33.b	1.192	1.383	9.441	14.969
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		37.373	9.445	47.526	15.265
Imposto de renda e contribuição social corrente	14.a	(218)	(1.255)	(4.208)	(4.639)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.a	417	76	(5.746)	(2.360)
Lucro do exercício		37.572	8.266	37.572	8.266
Resultado por ação ordinária básico (em R\$)	34	1,4279	0,3142	1,4279	0,3142
Resultado por ação ordinária diluído (em R\$)	34	1,4947	0,3142	1,4947	0,3142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Kepler Weber S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Lucro do período	37.572	8.266	37.572	8.266
Total do resultado abrangente do período	37.572	8.266	37.572	8.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Kepler Weber S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital						Reservas de lucros						Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Valor Justo Stock Options	Bônus de subscrição 2014	Reserva bônus subscrição debêntures	Ajuste avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Reserva para investimentos e capital de giro	Dividendo adicional proposto	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	234.322	617	2.886	44.368	3.360	43.889	683	11.615	57.257	36.352	-	435.349	
Reversão de impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(347)	-	-	-	-	347	-
Baixa de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(16)	-	-	-	-	-	16	-
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	-	-	-	-	(3.256)	-	-	-	-	-	3.256	-
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	1.113	-	-	-	-	-	(1.113)	-
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.266	8.266
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	413	-	-	-	(413)	-
Reserva de Investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.769	-	(7.769)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.590)	(2.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	234.322	617	2.886	44.368	3.360	41.730	336	12.028	57.257	44.121	-	-	441.025
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	-	-	-	-	(747)	-	-	-	-	-	747	-
Baixa de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.623)	-	-	-	-	-	3.623	-
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	1.486	-	-	-	-	-	(1.486)	-
Não realização plano de opções de compra de ações	-	-	(2.655)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.757	(898)
Prescrição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	-	-	73
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.572	37.572
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	1.879	-	-	-	(1.879)	-
Reserva de Investimento e Capital de Giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.015	-	(20.015)	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.388)	(6.388)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.931	(9.931)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	234.322	617	231	44.368	3.360	38.846	336	13.907	57.257	64.209	9.931	-	467.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Kepler Weber S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido	37.572	8.266	37.572	8.266
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	2.189	2.024	30.888	27.423
Provisão de contingências cíveis, tributárias e trabalhistas	(56)	250	(9.580)	4.066
Provisão de estoques	-	-	(1.753)	345
Provisões de garantias	-	-	(2.174)	(845)
Provisões de créditos para perdas esperadas	-	-	353	326
Outras provisões	-	(1)	6.644	(2.629)
Custo do imobilizado / intangível baixados	-	-	6.286	39
Resultado financeiro	219	(1.364)	310	(389)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	218	1.255	4.208	4.639
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	(486)	(76)	6.582	2.360
Equivalência patrimonial	(34.180)	(6.190)	-	-
	5.476	4.164	79.336	43.601
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(12.018)	(1.966)
Estoques	-	-	(7.459)	(32.924)
Partes relacionadas	4.233	(4.414)	-	-
Impostos a recuperar	(771)	903	36.720	(13.074)
Outras contas a receber	(22)	(3)	1.355	(1.331)
Fornecedores	(109)	(27)	7.916	(6.649)
Salários e férias	(547)	523	(924)	114
Impostos a recolher	(617)	(680)	(941)	(3.403)
Adiantamentos de clientes	-	-	(33.739)	4.139
Outras contas a pagar	1.036	81	5.308	(3.828)
Juros pagos por empréstimos	-	-	(4.516)	(4.205)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.090)	(958)	(9.541)	(958)
Dividendos a receber	-	767	-	-
	1.113	(3.808)	(17.839)	(64.085)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	6.589	356	61.497	(20.484)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	(13.199)	(11.004)
Aplicação financeira retida	(5.759)	-	9.852	(8.279)
Títulos e valores mobiliários	6.189	(8.201)	9.641	48.225
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimentos	430	(8.201)	6.294	28.942
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Com terceiros				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.590)	-	(6.590)	-
Pagamentos de empréstimos	-	-	(35.953)	(60.641)
Empréstimos tomados	-	-	11.000	44.562
Pagamentos de arrendamento mercantil financeiro	(206)	-	(4.608)	-
Caixa líquido (usado nas) gerados pelas atividades de financiamento	(6.796)	-	(36.151)	(16.079)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	223	(7.845)	31.640	(7.621)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	6.212	14.057	6.803	14.424
No fim do período	6.435	6.212	38.443	6.803
	223	(7.845)	31.640	(7.621)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Kepler Weber S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Receitas operacionais				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	684.119	674.866
Provisão/reversão para créditos para perdas esperadas duvidosa	-	-	(352)	(326)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(408.050)	(477.823)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.935)	(3.679)	(70.840)	(48.736)
Valor adicionado bruto	(1.935)	(3.679)	204.877	147.981
Depreciação e amortização	(2.189)	(2.024)	(30.888)	(27.423)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(4.124)	(5.703)	173.989	120.558
Valor adicionado recebido em transferência	52.167	24.108	5.742	15.345
Resultado de equivalência patrimonial	34.180	6.190	-	-
Receitas financeiras	1.192	1.383	9.441	14.969
Imposto de renda e contribuição social diferidos	417	76	(5.746)	(2.360)
Realização do custo atribuído	2.884	2.506	2.884	2.506
Reversão plano de opções de compra de ações	1.757	-	1.757	-
Outras	11.737	13.953	(2.594)	230
Valor adicionado total a distribuir	48.043	18.405	179.731	135.903
Distribuição do valor adicionado	48.043	18.405	179.731	135.903
Empregados	3.442	4.097	85.248	87.900
Remuneração direta	-	-	62.870	62.351
Benefícios	237	192	9.840	9.938
FGTS	(3)	75	4.705	5.156
Honorários da Administração	3.168	2.502	3.168	2.565
Outros	40	1.328	4.665	7.890
Indenizações rescisórias	-	1.102	2.403	6.535
Outras	40	226	2.262	1.355
Tributos	2.189	3.229	19.371	3.694
Federais	2.199	3.241	16.414	1.353
Estaduais	-	-	2.528	1.796
Municipais	(10)	(12)	429	545
Remuneração de capitais de terceiros	199	307	32.899	33.537
Juros e outros encargos financeiros	25	77	6.792	9.966
Comissões	-	-	17.548	14.392
Outras	174	230	8.559	9.179
Remuneração de capitais próprios	42.213	10.772	42.213	10.772
Juros sobre o Capital Próprio	4.000	-	4.000	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar	6.388	2.590	6.388	2.590
Dividendo adicional proposto	9.931	-	9.931	-
Reserva de investimento	20.015	7.769	20.015	7.769
Reserva legal	1.879	413	1.879	413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, mercadorias e futuros sob o código KEPL3 desde 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, Kepler Weber Industrial S.A., com sede localizada na cidade de Panambi, RS, Brasil, no que se referem às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

2. Entidades da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada, estabelecida no Brasil e a seguir relacionada:

	Porcentagem da Participação	
	Dez/2019	Dez/2018
Kepler Weber Industrial S.A.	100%	100%

3. Apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também conforme Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e sua controlada no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas as principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho Fiscal em 09 de março de 2020 e pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2020, para divulgação nesta mesma data.



3.2. Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

a) Base de consolidação

i. *Controlada*

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.



b) Instrumentos financeiros

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. *Mensuração subsequente*

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas classificaram seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

ii. *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais geram fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal em aberto.

iii. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao valor justo por meio do resultado – VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como valor justo por meio do resultado - VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

iv. *Desreconhecimento de Ativos financeiros*

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos



contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

v. *Passivos financeiros*

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente reconhecidos a valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros são reconhecidas no resultado. A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Administração também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa dos passivos modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado, nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro a diferença entre o valor contábil extinto e a contra prestação paga (incluído ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

vi. *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. As aplicações financeiras retidas não atendem à definição de equivalentes de caixa por terem sido dadas em garantia de fianças bancárias, sendo reconhecidas pelo custo amortizado.



Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

A Companhia possui aplicações financeiras retidas que servem em garantia de empréstimo na Controlada.

c) Redução ao valor recuperável de ativosi. *Ativos financeiros não derivativos*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia e sua controlada utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.



ii. *Ativos não financeiros*

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia e suas controlada revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados itens diretamente reconhecidos no patrimônio



líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Imposto diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que não foram utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f) Partes relacionadas

As transações praticadas entre a Controladora e sua controlada seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O contratos referem-se substancialmente ao pagamento de Royalties e Aluguéis da controlada para a controladora (nota explicativa 22).

g) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da controladora mantidos para venda são classificados nesse grupo se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.



h) Investimentos

Os investimentos na controlada são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/IAS 28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, ou fornecimento de produtos, ou serviços ou para propósitos administrativos. Propriedade para investimento é mensurada pelo custo ou custo atribuído.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas.

Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando a mesma é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

O valor justo para fins de divulgação das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data de reporte.

j) Imobilizado

i. *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.



ii. *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Outros equipamentos	05 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

k) Ativos intangíveis

i. *Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e sua controlada possuírem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à



preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis conforme avaliação de adesão desses ativos pela Companhia.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, caso aplicável, perdas por redução ao valor recuperável.

ii. *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos
Softwares	5 anos

l) Benefícios a empregados

i. *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

ii. *Outros benefícios a empregados*

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia e sua controlada incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.



m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

n) Capital sociali. *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados.

p) Receita operacional líquida

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o bem ou serviço ao cliente.

Equipamentos para armazenagem e movimentação de granéis

A Companhia fabrica equipamentos para a armazenagem, beneficiamento e movimentação de granéis. Os contratos com clientes estabelecem adiantamentos durante os seguintes momentos de fabricação: na data de assinatura do contrato, antes de iniciar a fabricação e antes de cada etapa de fabricação. Também existem contratos com clientes que são financiados por instituições financeiras em que a liberação do pagamento para a Companhia ocorre ou no momento de assinatura do contrato ou conforme a progressão da construção. No entanto, as fabricações ocorrem para o período de três a seis meses.

A receita operacional de equipamentos para armazenagem e granéis é reconhecida ao longo do tempo com base na evolução do estágio de montagem e transferência do controle dos equipamentos. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos como adiantamento de clientes.

A receita de montagem é reconhecida ao longo do tempo conforme estágio de conclusão dos serviços prestados com base em medições, conforme cronograma definido em



contrato, de trabalhos realizados nos canteiros de obras em andamento. O faturamento relacionado à prestação de serviço de montagem ocorre simultaneamente ao faturamento dos equipamentos. A Companhia efetua a alocação do preço de cada obrigação de desempenho de forma distinta, essas faturas tem seu pagamento vinculado aos adiantamentos dos clientes.

Reposição e serviços

A Companhia disponibiliza aos seus clientes peças de reposição através da sua rede de representantes comerciais em conjunto com a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica. Para esses bens a receita é reconhecida em período específico de tempo, normalmente pela transferência do controle desses bens e a receita da prestação de serviço é reconhecida quando o serviço é prestado. As faturas para relacionadas às peças e serviços são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em no máximo cento e oitenta dias.

q) Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia e sua controlada irão cumprir as condições associadas com a subvenção. As informações relativas às subvenções reconhecidas pela Companhia e sua controlada estão divulgadas na Nota explicativa 35.

r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio recebidas da controlada são registradas por equivalência patrimonial, reduzindo o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.



5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada utilizaram julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, revisadas de forma contínua sendo reconhecidas prospectivamente.

5.1 Julgamentos

A Companhia e sua controlada entendem que as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4(p) – Receita operacional líquida
- Nota explicativa 19 – Ativos não circulantes mantidos para venda; e
- Nota Explicativa 25 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;

5.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A Companhia e sua controlada entendem que as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas no exercício a findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 14 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 16 – Propriedades para investimento: determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos; e
- Nota explicativa 17 – Imobilizado: Reconhecimento, mensuração e custos subsequentes;
- Nota explicativa 18 – Intangível Pesquisa, desenvolvimento e gastos subsequentes;
- Nota Explicativa 25 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

6. Novas normas ou revisadas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e sua controlada aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir



de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A Companhia e sua controlada adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Anteriormente, a Companhia e sua controlada determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia e sua controlada escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia e sua controlada classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia e sua controlada em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

A Companhia e sua controlada utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; e
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia e sua controlada avaliaram os impactos da adoção inicial a norma em suas demonstrações financeiras, segregando essa avaliação em:



- - Inventário dos contratos de locação;
- - Abordagem de transição;
- - Mensuração do Ativo e do Passivo Inicial; e
- - Impactos da adoção.

Os contratos de arrendamento que foram escopo da norma, reconhecidos no ativo como de direito de uso, terão a sua depreciação calculada pelo método linear de acordo com o prazo de cada contrato. A determinação do passivo de arrendamento a pagar, corresponde ao total de pagamentos futuros, identificando os contratos com certeza razoável de renovação de acordo com as políticas estabelecidas pela Companhia, sendo esses fluxos ajustados a valor presente. Os encargos gerados pelo ajuste do fluxo a valor presente serão apropriados com base em uma taxa nominal de desconto de acordo com a vigência dos contratos e reconhecidos como despesas financeiras.

Na data da adoção inicial em 01 de janeiro de 2019 a Companhia contabilizou ativo de direito a uso, igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustado a valor presente no montante de R\$ 206 na Controladora e R\$ 7.411 no consolidado. A escolha da Companhia na abordagem da adoção a norma não resultou impacto no patrimônio líquido.

Na adoção inicial, a Companhia optou em contabilizar seus contratos de arrendamento mercantil considerando a Taxa Nominal. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reavaliou seus contratos de arrendamento mercantil considerando a Taxa real, concluindo que o impacto desta variação não é significativo.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia contabilizou R\$ 378 no seu resultado como despesa financeira, sendo que o saldo remanescente no passivo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 653.

Para fins de atendimento das informações requeridas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2019, a Companhia informa os saldos de passivos de arrendamento mercantil, os quais no consolidado totalizam R\$ 2.803 em 31 de dezembro de 2019. Os pagamentos geram um direito potencial de PIS e COFINS incluídos na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, de 9,25% (R\$ 259).

a) Composição direito de uso:

Descrições	Vida útil (anos)	Controladora		Consolidado	
		Dez/2019	Jan/2019	Dez/2019	Jan/2019
Imóveis	1	33	206	33	206
Veículos	1 a 2	-	-	1.407	5.224
Máquinas e equipamentos	0 a 17	-	-	1.583	1.981
Total		33	206	3.023	7.411

b) Movimentação direito de uso

Descrições	Vida útil (anos)	Controladora			
		Adoção Inicial Jan/2019	Depreciação	Valor líquido Dez/2019	Valor líquido Dez/2019
Imóveis	1	206	(173)	33	33
Total		206	(173)	33	33



Descrições	Vida útil (anos)						Consolidado	
		Adoção Inicial Jan/2019	Depreciação	Adições	Baixas	Valor líquido Dez/2019	Valor líquido Dez/2019	
Imóveis	1	206	(173)	-	-	33	33	
Veículos	1 a 2	5.224	(3.159)	286	(944)	1.407	1.407	
Máquinas e equipamentos	0 a 17	1.981	(520)	122	-	1.583	1.583	
Total		7.411	(3.852)	408	(944)	3.023	3.023	

c) Composição dos arrendamentos a pagar:

Descrições	Taxas média ponderada	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			Dez/2019	Jan/2019	Dez/2019	Jan/2019
Imóveis	7,9% a.a.	2020	-	216	-	216
Veículos	7,9% a 8,65% a.a.	2020 a 2021	-	-	1.302	5.576
Máquinas e equipamentos	6,4% a 9,4% a.a.	2019 a 2036	-	-	1.553	2.676
Total			-	216	2.855	8.468
Passivo Circulante			-	165	1.206	4.630
Passivo não Circulante			-	41	1.597	2.781
Total			-	206	2.803	7.411

d) Movimentação dos arrendamentos a pagar

Descrições	Taxas média ponderada	Vencimento	Controladora		
			Jan/2019	Liquidações	Valor líquido Dez/2019
Imóveis	7,9% a.a.	2020	216	(216)	-
Total			216	(216)	-

Descrições	Taxas média ponderada	Vencimento	Consolidado				
			Jan/2019	Liquidações	Baixas	Adições	Valor líquido Dez/2019
Imóveis	7,9% a.a.	2020	216	(216)	-	-	-
Veículos	7,9% a 8,65% a.a.	2020 a 2021	5.576	(3.669)	(944)	286	1.249
Máquinas e equipamentos	6,4% a 9,4% a.a.	2019 a 2036	2.676	(1.249)	-	127	1.554
Total			8.468	(5.134)	(944)	413	2.803

e) Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A IFRIC 23 (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro) foi emitida em dezembro de 2018 e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e



- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. A Companhia e sua controlada não tiveram impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

f) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e sua controlada não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

7. Gerenciamento de risco financeiro

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua controlada incorrer perdas financeiras caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber de clientes e outros créditos

As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente pelo Comitê de Crédito com base em: capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.



No monitoramento do risco de crédito dos clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoas físicas, produtores agrícolas, ou pessoas jurídicas, cooperativas agrícolas e empresas de *trading*.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos (estágio de montagem dos equipamentos), o que pode ocasionar um aumento na posição de vencidos que não necessariamente se traduz em inadimplência por falta de condições financeiras dos clientes, uma vez que o índice histórico de perda pela falta de pagamento é baixo. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos junto a instituições financeiras, cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Companhia e sua controlada entendem que não há risco de crédito significativo para operações classificadas nas suas demonstrações financeiras como outros créditos.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Controladora	Nota	Valor contábil	
		Dez/2019	Dez/2018
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.435	6.212
Aplicações financeiras retidas	9	5.759	-
Títulos e valores mobiliários – circulante	10	9.852	11.757
Títulos e valores mobiliários – não circulante	10	-	4.503
Total		22.046	22.472

Consolidado	Nota	Valor contábil	
		Dez/2019	Dez/2018
Caixa e equivalentes de caixa	9	38.443	6.803
Aplicações financeiras retidas - circulante	9	5.759	15.611
Títulos e valores mobiliários - circulante	10	40.688	42.142
Contas a receber clientes	11	66.074	54.409
Títulos e valores mobiliários - não circulante	10	-	8.187
Total		150.964	127.152



b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e se preocupam com a otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Desta forma, é possível garantir que possuam saldo em tesouraria suficiente para superar a necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras.

A seguir estão os contratos de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31 de dezembro de 2019	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	45	45	45	-	-	-
	45	45	45	-	-	-
31 de dezembro de 2019	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Financiamentos e empréstimos	40.066	42.087	21.159	4.295	8.011	8.622
Financiamentos de Arrendamento	2.803	2.803	648	558	1.597	-
Fornecedores	53.652	53.652	53.652	-	-	-
	96.521	98.542	75.459	4.853	9.608	8.622

Os fluxos de caixas contratuais da Companhia e sua controlada são apresentados considerando o principal mais juros incorridos até a data da liquidação final dos financiamentos e empréstimos e para os demais passivos somente o principal.

A Companhia possui a operação de Risco Sacado Confirming sem alongamento de prazos com alguns fornecedores no montante de R\$ 2.544 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.277 em 31 de dezembro de 2018).

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

i. *Risco de taxa de câmbio*

A Companhia e sua controlada atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e sua



controlada estão suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Exposição à moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte (base em valores nominais).

Itens	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Clientes	658	2.116
Fornecedores	(874)	(624)
Comissões a representantes	(498)	(534)
Total	(714)	958
Valor equivalente em US\$ mil	(177)	247
Valor de exposição líquida em US\$ mil	(177)	247

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

	Consolidado		
	Taxa provável variação Dez/2019	Redução de 25%	Redução de 50%
	Instrumentos financeiros líquidos sujeitos a variação do US\$ 177	4,0307	3,0230
Projeção anual financeira	714	535	357
Variação		179	357

	Consolidado		
	Taxa provável variação Dez/2019	Valorização de 25%	Valorização de 50%
	Instrumentos financeiros líquidos sujeitos a variação do US\$ 177	4,0307	5,0384
Projeção anual financeira	714	892	1.070
Variação		(178)	(356)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas no período/exercício:

Taxa média		Taxa à vista na data das demonstrações financeiras	
Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
3,9461	3,6558	4,0307	3,8748

Derivativos - contratos de câmbio a termo

A Companhia e sua controlada possuem política para mitigação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Adicionalmente, cabe destacar, que a Companhia não possuía operações com derivativos em 31 de dezembro de 2019.



O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do período está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Operações de proteção		
Receitas financeiras:		
Ganhos com operações de NDF	-	1.968
Despesas financeiras:		
Perdas com operações de NDF	-	(546)
	<u>-</u>	<u>1.422</u>

ii. Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pela taxa de juros do CDI, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas taxas pré fixadas.

Perfil: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do CDI da Companhia e sua controlada era:

Controladora	Valor contábil	
	Dez/2019	Dez/2018
Instrumentos de taxa variável		
Ativos Financeiros	22.046	22.472
Caixa e equivalentes de caixa	6.435	6.212
Aplicação financeira retida	5.759	-
Títulos e valores mobiliários – circulante	9.852	11.757
Títulos e valores mobiliários – não circulante	-	4.503
Consolidado		
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	40.066	65.522
Finap	18.124	27.620
Finame	6.655	8.634
Capital de Giro	15.287	29.268
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	84.890	72.743
Caixa e equivalentes de caixa	38.443	6.803
Aplicações financeiras retidas – circulante	5.759	15.611
Títulos e valores mobiliários – circulante	40.688	42.142
Títulos e valores mobiliários - não circulante	-	8.187

Os saldos de clientes e fornecedores que não estão sujeitos à atualização de juros não estão incluídos nesta composição.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras retidas, títulos e valores mobiliários sujeitos a variação de taxa do CDI, a Administração considerou como



cenário provável a taxa do CDI na data de 31 de dezembro de 2019 sobre o percentual de variação de CDI médio ponderado.

	Controladora			
	Receita anual sobre índice Dez/2019	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$22.045	5,40%	5,40%	4,05%	2,70%
Projeção anual sobre ativo financeiro	1.190	1.190	893	595
Variação			(297)	(595)

	Consolidado			
	Receita anual sobre índice Dez/2019	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$68.771	5,40%	5,40%	4,05%	2,70%
Projeção anual sobre ativo financeiro	3.714	3.714	2.783	1.857
Variação			(931)	(1.857)

d) Estrutura de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A dívida líquida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentada a seguir:

Consolidado	Dez/2019	Dez/2018
Financiamentos e empréstimos	40.066	65.522
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(38.443)	(6.803)
Menos: aplicações financeiras retidas - circulante	(5.759)	(15.611)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(40.688)	(42.142)
Menos: títulos e valores mobiliários - não circulante	-	(8.187)
Dívida líquida (A)	(44.824)	(7.221)
Total do patrimônio líquido (B)	467.384	441.025
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (A/B)	(9,6%)	(1,6%)



8. Informações por segmento

A Companhia e sua controlada possuem quatro divisões estratégicas, que são suas unidades de negócios reportáveis: armazenagem, graneis, peças e serviços e exportação, as quais exigem diferentes estratégias operacionais.

a) Informações unidades de negócios

A receita líquida para cada grupo de segmento de negócio relevantes está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Armazenagem	413.548	422.318
Graneis	35.621	35.841
Peças e serviços	72.108	58.201
Exportação	62.188	59.940
	583.465	576.300

b) Informações sobre resultado operacional por unidade de negócio

A Companhia e sua controladora monitoram separadamente os resultados operacionais dos segmentos de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, e os financiamentos das empresas (incluindo receitas e despesas de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito consolidado, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

									Consolidado	
	Armazenagem		Graneis		Peças e serviços		Exportação		Total	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Receita Líquida	413.548	422.318	35.621	35.841	72.108	58.201	62.188	59.940	583.465	576.300
Custo produtos vendidos e serviços prestados	(322.145)	(365.573)	(23.973)	(38.288)	(47.584)	(40.816)	(44.568)	(48.263)	(438.271)	(492.940)
Lucro Bruto	91.403	56.745	11.648	(2.447)	24.524	17.385	17.620	11.677	145.194	83.360
Despesas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.767)	(62.365)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.901)	(5.730)
Lucro (antes imposto sobre o lucro)	-	-	-	-	-	-	-	-	47.526	15.265

Os passivos e ativos operacionais são substancialmente os mesmos para todos os segmentos.



c) Informações geográficas

As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

	Armazenagem		Granéis		Peças e serviços		Exportação		Consolidado
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	
Mercado doméstico	413.548	422.318	35.621	35.761	68.298	54.971	-	-	-
América do Sul	-	-	-	80	3.271	2.995	2.952	-	56.177
Ásia	-	-	-	-	88	17	-	-	294
América Central	-	-	-	-	339	22	4.245	-	636
América do Norte	-	-	-	-	-	93	-	-	1.702
Europa	-	-	-	-	12	-	532	-	19
África	-	-	-	-	100	103	54.459	-	1.113
	413.548	422.318	35.621	35.841	72.108	58.201	62.188	-	59.940

A Companhia e sua controlada não possuem receitas provenientes das transações com um único cliente externo que sejam superiores a 10% ou mais das receitas toais

9. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras retidas

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Caixa e bancos	1	1	16.120	61
Aplicações financeiras	6.434	6.211	22.323	6.742
	6.435	6.212	38.443	6.803

Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, exceto aquelas vinculadas a garantias de empréstimos, classificadas como aplicações financeiras retidas, conforme mencionado abaixo:

	Taxa		Controladora		Consolidado	
			Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
CDB	2,0%	CDI	2	2	4	84
CDB	70,55%	CDI	-	3	-	452
CDB	70,0%	CDI	5.617	-	20.690	-
CDB	94,0%	CDI	815	-	815	-
CDB	97,0%	CDI	-	4.769	814	4.769
CDB	99,0%	CDI	-	-	-	-
CDB	99,50%	CDI	-	1.437	-	1.437
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa			6.434	6.211	22.323	6.742

Aplicações financeiras retidas

	Taxa		Controladora		Consolidado	
			Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
	102,50%	CDI	5.759	-	5.759	5.841
	111,5%	CDI	-	-	-	9.770
Aplicações financeiras retidas			5.759	-	5.759	15.611



A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 7.

10. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia, administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração, e foram consolidados pela Companhia.

Estes investimentos referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários e letras financeiras do tesouro com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, remunerados a taxas pós-fixadas, os rendimentos e variações foram registrados como receitas financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Circulante	Vencimento	Taxa		Controladora	
		Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
BB CDI	(*) (**)	De 96,73% a 97,57%	CDI	3.830	-
BBA CP ACTIVE FIX	(*)	132,67%	CDI	6.022	-
				9.852	-

Circulante	Vencimento	Taxa		Consolidado	
		Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
LF	De 03/04/2019 a 25/07/2019	De 102,1% a 106,5%	CDI	-	4.779
BB CDI	(*) (**)	De 96,73% a 97,57%	CDI	33.616	37.063
BBA CP ACTIVE FIX 5	(*)	132,67%	CDI	7.072	-
BNYM	(*)	De 95% a 98,73%	CDI	-	300
				40.688	42.142

Não Circulante		Taxa			
LFT	De 01/09/2023 a 01/03/2024	De 97% a 100%	SELIC	-	6.486
LF e LFS	De 06/09/2019 a 13/04/2021	De 105,5% a 112%	CDI	-	1.174
LTNO	01/01/2021	99%	CDI	-	527
				-	8.187
				40.688	50.329

(*) Tratam-se de aplicações financeiras sem vencimento fixo contratual, tendo disponibilidade imediata de resgate.

(**) Tratam-se parcialmente de aplicações financeiras sem vencimento fixo contratual, vinculadas a garantias de empréstimos, classificadas como Títulos e Valores Mobiliários Retidos no montante de R\$ 599 em 31 de dezembro de 2019.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.



11. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia

a) Clientes

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Clientes a receber - mercado interno	66.473	52.967
Clientes a receber – mercado externo	1.085	2.575
	67.558	55.542
Provisão créditos para perdas esperadas – mercado interno	(1.057)	(674)
Provisão créditos para perdas esperadas – mercado externo	(427)	(459)
	66.074	54.409

A movimentação da provisão para perdas esperadas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Saldo no início do exercício	(1.133)	(807)
Adições	(1.027)	(576)
Baixas	675	250
Reversões	1	-
Saldo no final do exercício	(1.484)	(1.133)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Valores vencidos		
Até 30 dias	6.256	10.538
31 a 60 dias	2.991	4.214
61 a 90 dias	1.784	194
91 a 120 dias	2.297	1.323
121 a 150 dias	30	11
151 a 180 dias	65	221
mais de 181 dias	2.581	2.618
	16.004	19.119
A vencer		
Até 30 dias	13.559	16.679
31 a 60 dias	10.100	6.071
61 a 90 dias	9.539	5.819
91 a 120 dias	3.612	4.334
121 a 150 dias	4.549	919
151 a 180 dias	5.063	422
mais de 181 dias	5.132	2.179
	51.554	36.423
Provisão para créditos de perdas esperadas	(1.484)	(1.133)
	66.074	54.409

Do montante dos vencidos, 50% (R\$ 8.017 em 31 de dezembro de 2019) estão concentrados em dois clientes, estando estes valores vinculados a eventos físicos (estágio de montagem dos equipamentos), conforme mencionado na nota explicativa 7.a.



b) Adiantamento de clientes

A Companhia e sua controlada entendem que devem ser classificados como adiantamentos de clientes, os recebimentos efetuados de forma antecipada pelos clientes, ocorrem por conta de uma garantia para produção de bens e serviços futuros. Esses adiantamentos são classificados no passivo circulante pelo prazo máximo de 180 dias.

12. Estoques

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Produtos acabados	21.884	21.311
Produtos em elaboração	43.310	28.869
Matérias-primas	57.495	61.251
Adiantamentos a fornecedores	748	4.641
Provisão para perdas e obsolescência	(3.515)	(5.362)
	119.922	110.710

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Saldo no início do período / exercício	(5.362)	(5.017)
Adições	(1.987)	(2.379)
Baixas	3.834	2.034
Saldo no final do exercício	(3.515)	(5.362)

13. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Circulante		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	4.500	25.134
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5.786	23.122
PIS/COFINS a recuperar	979	5.843
REINTEGRA - Decreto 7633/11	373	2.490
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	4.200
CPRB - Contribuição previdenciária sobre receita bruta	-	13.460
Outros	103	1.466
	11.741	75.715

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Não circulante		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	23.921	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.333	-
	27.254	-



14. Imposto de renda e contribuição social
a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	37.373	9.445	47.526	15.265
Resultado da equivalência patrimonial	(34.180)	(6.190)	-	-
Subvenção Governamental	-	-	(16.289)	(13.107)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	(3.696)	282	(812)	13.746
Base de cálculo	(503)	3.537	30.425	15.904
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota efetiva	171	(1.203)	(10.345)	(5.407)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos no período	-	(37)	-	(2.135)
Outros	28	61	391	543
Imposto de renda e contribuição social	199	(1.179)	(9.954)	(6.999)
Alíquota fiscal efetiva	(1%)	(12%)	(21%)	(46%)
Corrente	(218)	(1.255)	(4.208)	(4.639)
Diferido	417	76	(5.746)	(2.360)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2019 será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	Controladora				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização
2020	466	168	634	4,20%	3.613	1.301	4.914	3,58%
2021	562	202	764	5,06%	4.972	1.790	6.762	4,93%
2022	513	185	698	4,63%	6.331	2.280	8.611	6,27%
2023	527	190	717	4,75%	7.975	2.846	10.821	7,88%
2024	497	179	676	4,48%	9.478	3.412	12.890	9,39%
De 2025 a 2026	735	264	999	6,62%	24.073	8.666	32.739	23,85%
De 2027 a 2029	7.765	2.837	10.602	70,26%	44.890	15.667	60.557	44,11%
	11.065	4.025	15.090	100,00%	101.332	35.962	137.294	100,00%

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e sua controlada. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e sua controlada e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	Kepler Weber S.A		Kepler Weber Industrial S.A	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Prejuízo fiscal e base negativa	14.898	15.000	103.162	104.984
Diferenças temporárias	192	1.097	19.042	23.738
	15.090	16.097	122.204	128.722
Passivo				
Reserva de reavaliação a realizar	173	173	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	13.955	14.479	6.056	7.018
Depreciação fiscal x societário	950	947	13.050	12.394
IRPJ/CSLL s/Capitalização Juros	-	-	1.086	1.202
	15.078	15.599	20.192	20.614
Impostos diferidos líquidos	12	498	102.012	108.108

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Imposto diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	15.090	16.097	137.294	144.819
Compensação imposto diferido passivo	(15.078)	(15.599)	(35.270)	(36.213)
Saldo imposto diferido ativo	12	498	102.024	108.606

Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Imposto diferido passivo	15.078	15.599	35.270	36.213
Compensação imposto diferido passivo	(15.078)	(15.599)	(35.270)	(36.213)
Saldo imposto diferido passivo	-	-	-	-

Abaixo segue a composição das diferenças temporárias que foram reconhecidas pela Companhia e sua controlada no passivo:

Controladora	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para contingências	276	94
Outras provisões	288	98
	564	192
Consolidado		
Provisão para perdas esperadas	1.484	505
Provisão para obsolescência de estoques	3.515	1.195
Provisão de comissões a pagar	5.298	1.801
Provisão de fretes a pagar	1.552	528
Provisão para contingências	11.704	3.979
Provisão Gratificação e PLR	8.202	2.789
Provisão de garantias e PCI	4.511	1.534
Diferimento da receita de montagem	14.855	5.051
Depreciação acelerada (*)	(1.482)	(371)
Outras provisões	6.538	2.223
	56.177	19.234

(*) Depreciação acelerada para Imposto de Renda, conforme Decreto 7.854/2012.



c) Composição e movimentação dos ativos e passivos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Controladora		
	Saldo em 01/01/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2018
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais	11.428	(386)	11.042
Base negativa de contribuição social	4.156	(139)	4.017
Outras diferenças temporárias	1.013	25	1.038
	<u>16.597</u>	<u>(500)</u>	<u>16.097</u>

	Controladora		
	Saldo em 01/01/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2018
Passivo não circulante			
Variação vida útil X vida fiscal	(16.175)	576	(15.599)
	<u>(16.175)</u>	<u>576</u>	<u>(15.599)</u>

	Controladora	
	Saldo em 01/01/2018	Saldo em Dez/2018
Ativo não circulante	16.597	16.097
Passivo não circulante	(16.175)	(15.599)
Saldo líquido	<u>422</u>	<u>498</u>

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em Dez/2019
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais	11.042	(118)	-	10.924
Base negativa de contribuição social	4.017	(43)	-	3.974
Outras diferenças temporárias	1.038	52	(898)	192
	<u>16.097</u>	<u>(109)</u>	<u>(898)</u>	<u>15.090</u>

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em Dez/2019
Passivo não circulante				
Variação vida útil X vida fiscal	(15.599)	526	(5)	(15.078)
	<u>(15.599)</u>	<u>526</u>	<u>(5)</u>	<u>(15.078)</u>

	Controladora	
	Saldo em Dez/2018	Saldo em Dez/2019
Ativo não circulante	16.097	15.090
Passivo não circulante	(15.599)	(15.078)
Saldo líquido	<u>498</u>	<u>12</u>



Ativo não circulante

Prejuízos fiscais
Base negativa de contribuição social
Outras diferenças temporárias

Saldo em 01/01/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Consolidado
			Saldo em 31/12/2018
94.835	(1.534)	(4.567)	88.734
33.492	(538)	(1.644)	31.310
23.973	803	-	24.775
152.300	(1.269)	(6.211)	144.819

Passivo não circulante

Variação vida útil X vida fiscal

Saldo em 01/01/2018	Reconhecido no resultado	Consolidado
		Saldo em 31/12/2018
(40.438)	4.225	(36.213)
(40.438)	4.225	(36.213)

Ativo não circulante
Passivo não circulante
Saldo líquido

Saldo em 01/01/2018	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2018
152.300	144.819	144.819
(40.438)	(36.213)	(36.213)
111.862	108.606	108.606

Ativo não circulante

Prejuízos fiscais
Base negativa de contribuição social
Outras diferenças temporárias

Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Consolidado
			Saldo em 31/12/2019
88.734	(1.443)	-	87.291
31.310	(537)	-	30.773
24.775	(4.647)	(898)	19.230
144.819	(6.627)	(898)	137.294

Passivo não circulante

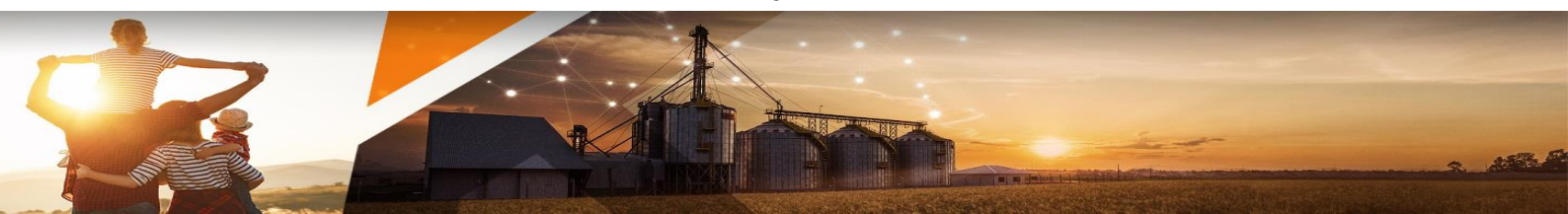
Variação vida útil X vida fiscal

Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Consolidado
			Saldo em 31/12/2019
(36.213)	881	62	(35.270)
(36.213)	881	62	(35.270)

Ativo não circulante
Passivo não circulante
Saldo líquido

Saldo em 31/12/2018	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2019
144.819	137.294	137.294
(36.213)	(35.270)	(35.270)
108.606	102.024	102.024

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 33.591 (R\$ 33.601 em 31 de dezembro de 2018), e R\$ 32.191 (R\$ 32.133 em 31 de dezembro de 2018) na controlada Kepler Weber Industrial S.A. que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, nos montantes de R\$ 11.421 e R\$ 10.945 respectivamente, pois não é possível assegurar neste momento, com razoável grau de certeza, que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.



15. Investimentos

O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial.

a) Os investimentos na controlada apresentam os seguintes saldos:

	Kepler Weber Industrial S.A.	
	Dez/2019	Dez/2018
Participação	100%	100%
Quantidade de ações ordinárias ou quotas	256.733.319	256.733.319
Ativos circulantes	294.290	297.924
Ativos não circulantes	305.741	328.176
Total de ativos	600.031	626.100
Passivos circulantes	170.918	205.444
Passivos não circulantes	28.740	55.230
Total de passivos	199.658	260.674
Patrimônio líquido	400.373	365.426
Receitas	583.465	576.300
Despesas	(549.285)	(570.110)
Lucro do período	34.180	6.190
Equivalência patrimonial	34.180	6.190

b) Movimentação do investimento na controlada:

	Dez/2019	Dez/2018
Saldo inicial	365.426	360.003
Equivalência patrimonial sobre resultado	34.180	6.190
Dividendo mínimo obrigatório	-	(767)
Reversão da destinação de dividendo mínimo obrigatório	767	-
Saldo final	400.373	365.426

16. Propriedades para investimento

a) Composição de propriedades para investimento

Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Controladora			
		Custo	Depreciação	Dez/2019	Dez/2018
				Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	11.497	-	11.497	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	51.511	(24.677)	26.834	32.916
Instalações	10%	3.855	(3.642)	213	257
		66.863	(28.319)	38.544	53.474
Consolidado					
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Dez/2019	Dez/2018
				Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	8.804	-	8.804	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	9.399	(4.564)	4.835	5.109
		18.203	(4.564)	13.639	13.913



b) Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento

		Controladora		
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 01/01/2018	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2018
Itens				
Terrenos	-	20.301	-	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	34.855	(1.939)	32.916
Instalações	10%	301	(44)	257
		<u>55.457</u>	<u>(1.983)</u>	<u>53.474</u>

		Controladora			
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em Dez/2018	Depreciação	Transferência	Valor líquido em Dez/2019
Itens					
Terrenos	-	20.301	-	*(8.804)	11.497
Prédios e benfeitorias	2%	32.916	(1.936)	*(4.146)	26.834
Instalações	10%	257	(44)	-	213
		<u>53.474</u>	<u>(1.980)</u>	<u>*(12.950)</u>	<u>38.544</u>

* Montante reclassificado para ativos não circulantes mantidos para venda, vide nota explicativa 19.

		Consolidado		
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 01/01/2018	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2018
Itens				
Terrenos	-	8.804	-	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	5.384	(275)	5.109
		<u>14.188</u>	<u>(275)</u>	<u>13.913</u>

		Consolidado		
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em Dez/2018	Depreciação	Valor líquido em Dez/2019
Itens				
Terrenos	-	8.804	-	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	5.109	(274)	4.835
		<u>13.913</u>	<u>(274)</u>	<u>13.639</u>

A Companhia avalia a valor justo as suas propriedades para investimento conforme avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que esta sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data fim de exercício. Para o exercício corrente o valor justo não difere significativamente do valor contábil.



17. Imobilizado

a) Composição do ativo imobilizado

		Controladora			
		Dez/2019		Dez/2018	
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10%	1	(1)	-	-
Móveis e utensílios	10%	240	(167)	73	88
Equipamentos de informática	20%	444	(444)	-	21
		685	(612)	73	109

		Consolidado			
		Dez/2019		Dez/2018	
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor líquido
Terrenos	-	11.772	-	*2.968	11.772
Prédios e benfeitorias	2%	103.196	(50.078)	*48.972	57.073
Instalações	10%	27.631	(19.475)	8.156	8.352
Máquinas e equipamentos	7%	225.379	(118.436)	106.943	118.052
Móveis e utensílios	10%	7.692	(5.561)	2.131	2.660
Veículos	18%	224	(224)	-	-
Equipamentos de informática	21%	15.653	(12.434)	3.219	3.081
Arrendamento Mercantil	20%	396	(343)	53	132
Imobilizações em andamento	-	5.507	-	5.507	6.122
Adiantamentos a fornecedores	-	291	-	291	44
		397.741	(206.551)	178.240	207.288

* Valores reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda, vide nota explicativa 19, terrenos R\$ 8.804, e prédios e benfeitorias R\$ 4.146.

b) Movimentação do custo e depreciação

		Controladora		
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2017	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2018
Móveis e utensílios	10%	103	(15)	88
Equipamentos de informática	21%	47	(26)	21
Imobilizações em andamento	-	-	-	-
		150	(41)	109

		Controladora		
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em Dez/2018	Depreciação	Valor líquido em Dez/2019
Móveis e utensílios	10%	88	(15)	73
Equipamentos de informática	21%	21	(21)	-
		109	(36)	73



Itens	Consolidado					Valor líquido em Dez/2018
	Valor residual líquido em 01/01/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	11.772	-	-	-	-	11.772
Prédios e benfeitorias	60.762	-	-	(3.952)	263	57.073
Instalações	8.693	-	-	(1.254)	913	8.352
Máquinas e equipamentos	126.131	-	(4)	(12.229)	4.154	118.052
Móveis e utensílios	3.123	-	-	(529)	66	2.660
Equipamentos de informática	4.063	-	-	(1.718)	736	3.081
Arrendamento Mercantil	211	-	-	(79)	-	132
Imobilizações em andamento	6.054	6.252	(35)	-	(6.149)	6.122
Adiantamentos a fornecedores	-	44	-	-	-	44
	220.809	6.296	(39)	(19.761)	(17)	207.288

Itens	Consolidado					Valor líquido em Dez/2019
	Valor residual líquido em Dez/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	11.772	-	-	-	*(8.804)	2.968
Prédios e benfeitorias	57.073	-	-	(3.955)	*(4.146)	48.972
Instalações	8.352	-	(215)	(1.403)	1.422	8.156
Máquinas e equipamentos	118.052	-	(3.359)	(11.826)	4.076	106.943
Móveis e utensílios	2.660	-	(1)	(530)	2	2.131
Equipamentos de informática	3.081	-	-	(1.537)	1.675	3.219
Arrendamento mercantil	132	-	-	(79)	-	53
Imobilizações em andamento	6.122	6.724	(297)	-	(7.042)	5.507
Adiantamentos a fornecedores	44	291	(44)	-	-	291
	207.288	7.015	(3.916)	(19.330)	(12.817)	178.240

* Montantes reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda, vide nota explicativa 19.

c) Garantia

O valor hipotecado e alienado relacionado a bens em garantia de financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 11.972 no consolidado (em 31 de dezembro de 2018 totalizava R\$ 13.150).



18. Intangível

a) Composição do intangível

Itens	Taxa de amortização % a.a.	Controladora		
		Dez/2019		Dez/2018
		Custo	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	1.280	1.280	1.280
		1.280	1.280	1.280

Itens	Taxa de amortização % a.a.	Consolidado			
		Dez/2019		Dez/2018	
		Custo	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido
Desenvolvimento de produtos	20%	2.435	(1.344)	1.091	1.487
Marcas e patentes	-	1.282	-	1.282	1.282
Softwares e licenças	20%	73.578	(39.127)	34.451	33.529
Intangível em andamento	-	4.789	-	4.789	8.504
		82.084	(40.471)	41.613	44.802

b) Movimentação do custo e amortização

A movimentação de custo e amortização de intangível para os saldos consolidados estão apresentados abaixo:

Itens	Consolidado					Valor líquido em Dez/2018
	Valor residual líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Capitalização	Transferências	
Desenvolvimento de produtos	1.132	-	(337)	-	692	1.487
Marcas e patentes	1.282	-	-	-	-	1.282
Software e licenças	37.798	-	(7.050)	-	2.781	33.529
Intangível em andamento	7.218	4.708	-	34	(3.456)	8.504
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-
	47.430	4.708	(7.387)	34	17	44.802

Itens	Consolidado						
	Valor residual líquido em Dez/2018	Adições	Baixas	Amortização	Capitalização	Transferências	Valor líquido em Dez/2019
Desenvolvimento de produtos	1.487	-	-	(412)	-	16	1.091
Marcas e patentes	1.282	-	-	-	-	-	1.282
Software e licenças	33.529	-	(906)	(7.020)	-	8.848	34.451
Intangível em andamento	8.504	5.776	(520)	-	26	(8.997)	4.789
	44.802	5.776	(1.426)	(7.432)	26	(133)	41.613

Os saldos de "softwares e licenças" estão relacionados, principalmente, ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão SAP, o qual teve seu "go live" em janeiro de 2015, substituindo o sistema integrado de gestão anterior. Os valores



relacionados ao “intangível em andamento” correspondem a investimentos em módulos do SAP que ainda estão em fase de implantação e a desenvolvimento de novos produtos.

19. Ativos não circulantes mantidos para venda

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 27 de junho de 2019 foi aprovada a proposta de venda de imóvel (terreno e edificações) da Kepler Weber S.A. registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Panambi-RS. Estes ativos compõem o montante de R\$ 12.950 em 31 de dezembro de 2019. Seguem abaixo a abertura dos referidos saldos:

	<u>Dez/2019</u>
Terrenos	<u>8.804</u>
Prédios e benfeitorias	<u>4.146</u>
	<u><u>12.950</u></u>

20. Financiamentos e empréstimos

Itens	Vencimentos	Encargos	Consolidado			
			Circulante	Dez/2019 Não circulante	Circulante	Dez/2018 Não circulante
Moeda nacional						
FINEP (projetos de novos produtos)	Outubro 2022	4,00% a.a.	7.173	10.951	9.527	18.093
FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) (*)	Outubro 2024	3,50% a 9,5%a.a.	1.892	4.763	1.995	6.639
Capital de Giro	Março/2020	7,9% a.a.	15.287	-	19.768	9.500
			<u>24.352</u>	<u>15.714</u>	<u>31.290</u>	<u>34.232</u>

(*) As aquisições de máquinas e equipamentos pela modalidade de empréstimo FINAME, são dados em garantia até a liquidação destes empréstimos.

A Companhia e sua controlada demonstram a seguir a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Itens	Saldo em 01/01/2018	Alterações Caixa		Alterações não caixa			Saldo em Dez/2018
		Recebidos de atividades de financiamento	(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Provisão de juros	Variação cambial	
Financiamentos e empréstimos	79.511	44.562	(60.641)	(4.205)	4.169	2.126	65.522
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
	<u>79.511</u>	<u>44.562</u>	<u>(60.641)</u>	<u>(4.205)</u>	<u>4.169</u>	<u>2.126</u>	<u>65.522</u>

Itens	Saldo em Dez/2018	Alterações Caixa		Alterações não caixa			Saldo em Dez/2019
		Recebidos de atividades de financiamento	(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Provisão de juros	Variação cambial	
Financiamentos e empréstimos	65.522	11.000	(35.953)	(4.516)	4.013	-	40.066
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(4.000)	4.000	-	-
	<u>65.522</u>	<u>11.000</u>	<u>(35.953)</u>	<u>(8.516)</u>	<u>8.013</u>	<u>-</u>	<u>40.066</u>



Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano de Vencimento</u>	<u>Consolidado</u> <u>Dez/2019</u>
2021	7.446
2022	6.295
2023	1.973
	<u>15.714</u>

21. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

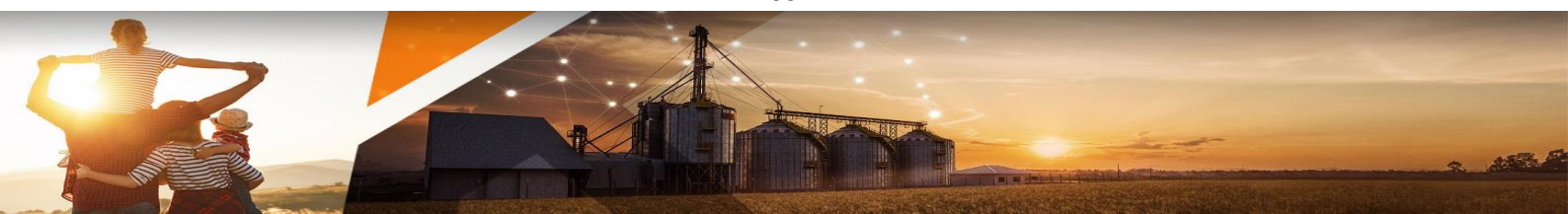
A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida. As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$1 (um real). No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido. Os valores de contribuições reconhecidas na demonstração do resultado do período, no grupo de “despesas administrativas e gerais”, estão apresentados abaixo:

Os valores de contribuições reconhecidas estão apresentados abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Dez/2019</u>	<u>Dez/2018</u>
	Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência	<u>170</u>

22. Partes relacionadas

	<u>Controladora</u>			
	<u>Kepler Weber Industrial S.A.</u>	<u>Banco do Brasil S.A. (*)</u>	<u>Dez/2019</u>	<u>Dez/2018</u>
Ativo				
Depósitos Bancários	-	-	-	3
Aplicações financeiras	-	815	815	-
Títulos e valores mobiliários	-	3.830	3.830	8.925
Aluguel	1.113	-	1.113	2.654
Royalties	486	-	486	2.411
Dividendos a receber	-	-	-	767
	<u>1.599</u>	<u>4.645</u>	<u>6.244</u>	<u>14.760</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Banco do Brasil S.A. (*)</u>	<u>Dez/2019</u>	<u>Dez/2018</u>	
Ativo				
Depósitos Bancários	2	2	-	
Aplicações financeiras	1.629	1.629	448	
Títulos e valores mobiliários	33.616	33.616	37.063	
	<u>35.247</u>	<u>35.247</u>	<u>37.511</u>	



Passivo	Consolidado		
	Banco do Brasil S.A. (*)	Dez/2019	Dez/2018
	Empréstimos bancários	10.652	10.652
	10.652	10.652	58.074

(*) O BB Banco de Investimento S.A. é acionista da Companhia.

Os royalties e aluguéis estão apresentados na rubrica de “Partes relacionadas”. Os honorários a pagar estão apresentados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

A Controladora possui uma aplicação financeira retida que serve em garantia de empréstimo na Controlada, em 31 de dezembro 2019 R\$ 5.759 e R\$ 5.512 respectivamente (31 de dezembro de 2018 saldo zero).

O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

Resultado	Controladora				
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A. (*)	Diretores e Conselho de Administração	Dez/2019	Dez/2018
	Outras receitas (aluguéis)	5.808	-	-	5.808
Outras receitas (royalties)	5.711	-	-	5.711	5.810
Ressarcimento de despesas	-	-	-	-	-
Receitas aplicações financeiras e Títulos valores mobiliários	-	208	-	208	910
Honorários e benefícios da administração	-	-	(3.356)	(3.356)	(2.880)

Resultado	Consolidado			
	Banco do Brasil S.A. (*)	Diretores e Conselho de Administração	Dez/2019	Dez/2018
	Receitas sobre aplicações financeiras	84	-	84
Receitas sobre títulos e valores imobiliários	1.214	-	1.214	2.793
Honorários da administração	-	(3.356)	(3.356)	(2.954)
Despesas financeiras	(3.647)	-	(3.647)	(4.888)

- A Controladora Kepler Weber S.A. possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de setembro de 2022 com a sua controlada Kepler Weber Industrial S.A..
- Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 1º de abril de 2020.
- As operações realizadas com o acionista BB Banco de Investimento S.A. consideram condições usuais de mercado.

Os contratos de aluguel e pagamento de *royalties* foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados.



23. Remuneração da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária e extraordinária (AGO/E) realizada em 24 de abril de 2019 foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 4.746 que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2019 a abril de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Honorários e gratificações	3.218	2.721	3.218	2.783
Benefícios diretos e indiretos	138	159	138	171
	3.356	2.880	3.356	2.954

Plano de Opções de Compra de Ações

O custo de transações com funcionários liquidado com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

O Plano de Compra de Ações tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de setembro de 2014 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 87.019 opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2015 foi aprovada a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 150.257 opções.

As ações iniciais adquiridas estarão sujeitas a um período de *lock-up* de três anos a contar da data de outorga, período no qual os beneficiários não poderão alienar ou onerar sob qualquer forma suas ações adquiridas, sob pena de perda do direito do exercício das opções. As opções possuem período de carência de três anos vinculado à permanência do beneficiário na Companhia.

Cada opção dará direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidas no respectivo contrato de opções.



O Plano de Opção de Compra de Ações permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

A composição dos planos de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, o valor justo das opções e suas premissas, está demonstrada a seguir:

Lote	1ª Outorga Jul/2014		
	I	II	
Prazo de carência a partir da outorga	03/07/2017	04/07/2017	
Quantidade de ações a partir do terceiro aniversário	68.726	18.293	
Preço de exercício - (R\$)	39,35	39,35	
Valor justo por opção - (R\$)	21,32	21,61	
Volatilidade do preço da ação	33,79%	33,79%	
Taxa de juro livre de risco	11,89%	11,89%	

Lote	2ª Outorga Jul/2015		
	I	II	III
Prazo de carência a partir da outorga	06/07/2018	07/07/2018	08/07/2018
Quantidade de ações	105.815	27.920	16.522
Preço de exercício - (R\$)	27,65	27,65	27,65
Valor justo por opção - (R\$)	13,86	13,97	14,06
Volatilidade do preço da ação	38,70%	38,70%	37,70%
Taxa de juro livre de risco	12,62%	12,62%	12,62%

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial.

A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga
Saldo em 31/12/2018	-	16.522
Saldo em 31/12/2019	-	16.522



24. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Circulante				
ICMS a pagar	-	-	282	239
PIS/COFINS a pagar	86	112	1.081	1.072
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	717	696	717	696
Imposto de Renda e Contribuição Social	3	366	273	4.964
Outros	4	1	306	705
	810	1.175	2.659	7.676
Não circulante				
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	2.750	3.365	2.750	3.365
	2.750	3.365	2.750	3.365

Em 3 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil. A Companhia está cumprindo com suas obrigações inerentes ao parcelamento. Adicionalmente, em 11 de setembro de 2017 a Companhia solicitou adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Lei nº 13.496/2017) após desistência do processo de número 13062.000017/2003-35 no montante total de R\$ 1.121 (R\$ 374 de principal e R\$ 747 a título de multa de juros). Durante o exercício, a Companhia quitou R\$ 225 e o restante do valor de R\$ 896, foi quitado por compensação de prejuízo fiscal. A consolidação dos parcelamentos foi realizada junto à Receita Federal em 13 de dezembro de 2018.

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Itens	Controladora	
	Dez/2019	Dez/2018
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		
Trabalhistas	150	180
Tributárias e previdenciárias	126	103
Cíveis	-	49
	276	332



Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Controladora			
	Dez/2018	Adição	Baixa/Provisão de provisão	Dez/2019
Trabalhistas	180	39	(69)	150
Tributárias e previdenciárias	103	23	-	126
Cíveis	49	-	(49)	-
	332	62	(118)	276

Itens	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		
Trabalhistas	5.005	5.204
Tributárias e previdenciárias	217	213
Cíveis	6.482	15.867
	11.704	21.284

Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Consolidado			
	Dez/2018	Adição de provisão	Baixa/Reversão de provisão	Dez/2019
Trabalhistas	5.204	390	(589)	5.005
Tributárias e previdenciárias	213	101	(97)	217
Cíveis	15.867	167	(9.552)	6.482
	21.284	658	(10.238)	11.704

Processos trabalhistas e previdenciários: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Processos tributários: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

Passivos contingentes: a Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída.

Dentre estes processos destaca-se o Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a Controlada Kepler Weber Industrial S/A sustentando infração à legislação tributária relativa ao ICMS em determinadas operações do estabelecimento localizado em Panambi, RS. O crédito tributário objeto do Auto de Lançamento é de R\$ 50.198 onde R\$ 20.439 refere-se ao valor principal, R\$ 12.263 à multa, R\$ 17.496 à juros. Em abril de 2019 foi publicado o acórdão do Recurso Extraordinário ao Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, que julgou procedente o Auto de Lançamento e intimou a Companhia ao pagamento do débito. A Companhia e sua controlada ajuizaram Ação Ordinária, que tramita na 6ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre/RS, visando a garantia/caução dos débitos mediante Seguro Judicial no valor total de R\$ 63.590, o qual garante 130% do valor do débito atualizado na data da contratação do seguro judicial, cumulada com medida de tutela cautelar antecipatória que restou concedida, permitindo à empresa a expedição de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição do débito em qualquer órgão de restrição de crédito, bem como a desconstituição do auto de infração, que aguarda julgamento.



O Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$ 49.089, a qual tramita na 1ª Vara Judicial de Panambi/RS, visando a cobrança do mesmo débito garantido, na qual a Companhia se manifestou requerendo a suspensão do feito executório até o julgamento da Ação Ordinária. Os advogados classificaram como possível o risco de perda.

Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Controladora		
Tipo de processo	Dez/2019	Dez/2018
Tributárias	18.068	4.893
Cíveis	-	56.623
	18.068	61.516

Consolidado		
Tipo de processo	Dez/2019	Dez/2018
Trabalhistas	2.034	1.333
Tributárias	67.398	7.166
Cíveis	5.512	63.955
	74.944	72.454

A redução do valor das contingências de risco de perda possível nos processos cíveis decorre da definitividade da total improcedência da pretensão indenizatória modelada contra a Companhia, estimada em R\$ 56.623, pela ausência de recurso pela parte contrária, e a certificação do trânsito em julgado do acórdão favorável à Companhia proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Ativos contingentes: A Controlada da Companhia ajuizou em 14 de março de 2017 Medida Judicial pleiteando a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A sentença de primeira instância foi proferida em 25 de julho de 2017, concedendo o direito para que pudesse excluir de suas operações futuras o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tendo por base esta sentença a Controlada da Companhia passou a não mais oferecer a base de tributação das contribuições ao PIS/COFINS os valores de ICMS apurados a partir de agosto de 2017. Essa exclusão refletiu no não recolhimento do PIS e da COFINS no montante total de R\$ 8.135 até 31 de dezembro de 2019. Em 13 de setembro de 2017, a União interpôs Recurso de Apelação, o qual restou desprovido. Diante da decisão, a União opôs Embargos de Declaração. Em 21 de março de 2019, foi proferido Acórdão corrigindo o erro material no voto em relação à compensação para constar que a compensação deverá ocorrer entre quaisquer tributos administrados pela Receita Federal. Em 16 de maio de 2019, a União interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Em 11 de junho de 2019, foram proferidas decisões que inadmitiu o Recurso Especial da União, bem como negou seguimento ao Recurso Extraordinário. Em 13 de junho de 2019, a União interpôs Agravo de Denegatória de Recurso Especial. Em 12 de agosto de 2019 sobreveio decisão negando provimento ao Agravo de Denegatória de Recurso Especial. Em 15 de agosto de 2019, a União Federal interpôs Agravo Interno, o qual teve provimento negado em 24 de setembro de 2019. Em 10 de outubro de 2019, em face do acórdão que negou provimento ao agravo interno, a União opôs Embargos de Declaração, os quais foram desacolhidos em 07 de novembro de 2019. Em 16 de dezembro de 2019 a União Federal ingressou com Recurso Extraordinário perante o Superior Tribunal de Justiça contra o acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração da União Federal, que aguarda julgamento.



Entretanto, com base na decisão do STF comentada a seguir e na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia e sua Controlada concluíram que não é provável o desembolso de caixa em relação aos valores não recolhidos. O STF julgou o mérito da matéria e decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, em linha com a tese pleiteada pela Controlada. Vale destacar que, apesar da decisão quanto ao mérito, o caso ainda aguarda julgamento de embargos de declaração apresentado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, principalmente no que se refere à modulação de efeitos da decisão de mérito.

Para os períodos anteriores à data do ajuizamento da medida judicial supra mencionada, e não prescritos, a Controlada deverá aguardar o trânsito em julgado do seu processo judicial, bem como a decisão final do STF que definirá o período beneficiado bem como a forma de aproveitamento do crédito tributário (compensação com outros tributos federais ou precatório). A Controlada e seus assessores estimam que a decisão não limitará o direito da ação judicial proposta a partir de 14 de março de 2017, data do ajuizamento da ação, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados para o período de março de 2012 a julho de 2017. Com base em levantamento preliminar a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2019, a Controlada estima através de avaliação de seus consultores externos o valor potencial dos créditos, incluindo atualização monetária, no valor de R\$ 28.800.

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora							
	Dez/2019				Dez/2018			
	Nota	VJR(*)	Custo amortizado	Total	VJR(*)	VJORA(**)	Custo amortizado	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.435	-	6.435	6.212	-	-	6.212
Aplicações financeiras retidas	9	-	5.759	5.759	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários – circulante(***)	10	9.852	-	9.852	-	11.757	-	11.757
Títulos e valores mobiliários – não circulante	10	-	-	-	-	4.503	-	4.503
Passivos								
Fornecedores		-	(45)	(45)	-	-	(154)	(154)
Financiamentos de Arrendamento	6	-	-	-	-	-	-	-
		16.287	5.714	22.001	6.212	16.260	(154)	22.318



	Consolidado							
	Dez/2019				Dez/2018			
	Nota	VJR(*)	Custo amortizado	Total	VJR(*)	VJORA(**)	Custo amortizado	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	38.443	-	38.443	6.803	-	-	6.803
Aplicações financeiras retidas	9	5.759	-	5.759	15.611	-	-	15.611
Títulos e valores mobiliários – circulante(***)	10	40.688	-	40.688	-	42.142	-	42.142
Contas a receber clientes	11	-	66.074	66.074	-	-	54.409	54.409
Títulos e valores mobiliários - não circulante	10	-	-	-	-	8.187	-	8.187
Passivos								
Financiamentos e empréstimos	20	-	(40.066)	(40.066)	-	-	(65.522)	(65.522)
Financiamentos de Arrendamento	6	(2.803)	-	(2.803)	-	-	-	-
Fornecedores		-	(53.652)	(53.652)	-	-	(45.736)	(45.736)
		81.488	(27.644)	54.443	22.414	50.329	(56.849)	15.894

(*) Valor justo por meio do resultado.

(**) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(***) Valor reclassificado em 2019 para VJR para melhor refletir o modelo de negócio definido pela Companhia.

b) Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

Controladora	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		Dez/2019	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2018
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	(2)	6.435	6.435	6.212	6.212
Aplicações financeiras retidas – circulante	(2)	5.759	5.759	-	-
Títulos e valores mobiliários – circulante	(2)	9.952	9.852	11.757	11.757
Títulos e valores mobiliários – não circulante	(2)	-	-	4.503	4.503
		22.046	22.046	22.472	22.472
Passivos financeiros:					
Fornecedores		(45)	(45)	(154)	(154)
		(45)	(45)	(154)	(154)

Consolidado	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		Dez/2019	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2018
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	(2)	38.443	38.443	6.803	6.803
Aplicações financeiras retidas - circulante	(2)	5.759	5.759	15.611	15.611
Títulos e valores mobiliários – circulante	(2)	40.688	40.688	42.142	42.142
Contas a receber clientes		66.074	66.074	54.409	54.409
Títulos e valores mobiliários - não circulante	(2)	-	-	8.187	8.187
		150.964	150.964	127.152	127.152
Passivos financeiros:					
Financiamentos e empréstimos	(2)	(40.066)	(40.283)	(65.522)	(65.522)
Financiamentos de Arrendamento	(2)	(2.803)	(2.803)	-	-
Fornecedores		(53.652)	(53.652)	(45.736)	(45.736)
		(96.521)	(96.738)	(111.258)	(111.258)

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia e sua controlada:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando



remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Contas a receber e fornecedores: a Companhia e sua controlada avaliou que o valor justo das contas a receber de clientes e partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Títulos e valores mobiliários: o valor justo é baseado nas posições do fundo exclusivo que é marcado a mercado conforme informações da instituição financeira.

Financiamentos e empréstimos: o valor justo se aproxima em sua maioria dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis (Nota 20).

Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

27. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o capital social é representado por 26.311.971 (vinte e seis milhões, trezentas e onze mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$ 234.322.

b) Reservas de lucros

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;



- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

i. *Reserva Legal*

Refere-se a constituição da reserva legal, conforme Lei 6.404/76. O saldo em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 13.907 (31 de dezembro de 2018 R\$ 12.028).

ii. *Dividendo a acionista*

Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório ao acionista, conforme Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2019 R\$ 10.388 (31 de dezembro de 2018 R\$ 2.590).

iii. *Reserva para investimentos e capital de giro*

Refere-se a Reserva de Investimento e Capital de Giro, conforme Estatuto da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 64.209 (31 de dezembro de 2018 R\$ 44.121).

c) Reserva de incentivo fiscal reflexa

Refere-se à subvenção governamental da controlada Kepler Industrial S.A., a título de incentivo fiscal reconhecido de forma reflexa na Controladora. O saldo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 57.257 (nota explicativa 35).

d) Reserva de capital de incentivos fiscais

Refere-se a incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores à adoção das novas práticas adotadas no Brasil e dos IFRS.

e) Reserva de bônus de subscrição das debêntures

Refere-se ao direito conferido ao subscritor de cada debênture de um bônus de subscrição 2007 ("Bônus 2007") com direito de subscrever uma quantia fixa de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus. Os Bônus 2007 são válidos até 15 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 permanecem em circulação 772 Bônus 2007.



f) Bônus de subscrição 2014

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2014 foi aprovada a emissão privada de até 180.000 (cento e oitenta mil) novos bônus de subscrição (“Bônus 2014”), com série única, ao valor nominal unitário de R\$ 613,00 (seiscentos e treze reais), podendo o subscritor pagar a totalidade do preço de subscrição dos bônus por meio de dação em pagamento ou mediante a entrega dos Bônus 2007 de que for titular, obedecendo a relação de um por um. Cada Bônus 2014 conferirá a seu titular o direito de subscrever 23 (vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia, mediante o pagamento do preço de exercício de R\$38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) por ação, totalizando até 4.140.000 (quatro milhões, cento e quarenta mil) ações ordinárias.

Os Bônus 2014 são válidos desde sua data de emissão até 15 de setembro de 2021, podendo ser exercidos a qualquer tempo, a partir da data da homologação, até a data do vencimento dos bônus, a exclusivo critério de seu titular.

g) Reservas de reavaliação

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, movimentados pela realização do ajuste principalmente por depreciação dos itens não mensurados em 1º de janeiro de 2009.



i) Dividendos

Em 13 de maio de 2019 a Companhia distribuiu aos acionistas dividendos no montante de R\$ 2.590, referente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro 2018 e o montante de R\$ 4.000, em 26 de dezembro de 2019, referente antecipação de dividendos via juros sobre capital próprio do exercício findo 31 de dezembro de 2019.

Sobre o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Demonstração do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

	<u>Dez/2019</u>	<u>Dez/2018</u>
Resultado do exercício	37.572	8.266
(-) Reserva legal	(1.879)	(413)
(+) Realização de reserva de reavaliação	-	347
(+) Realização de ajustes de avaliação	2.884	2.159
(+) Reversão plano de opções de compra de ações	1.757	-
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	<u>40.334</u>	<u>10.359</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	10.084	2.590
(-) Juros sobre Capital Próprio	(4.000)	-
(+) IRRF sobre Juros sobre Capital próprio	304	-
Dividendos mínimos a distribuir	<u>6.388</u>	<u>2.590</u>
Dividendos totais por ação do capital (em R\$)	<u>0,38325</u>	<u>0,09845</u>

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 11 de março de 2020, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 9.931 (R\$ 0,37745 por ação ordinária), sujeito à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

28. Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	<u>Dez/2019</u>	<u>Dez/2018</u>
Receita bruta fiscal	684.101	680.386
Impostos sobre vendas	(98.264)	(98.566)
Devoluções e abatimentos	(2.372)	(5.520)
	<u>583.465</u>	<u>576.300</u>

	Consolidado	
	<u>Dez/2019</u>	<u>Dez/2018</u>
Venda de produtos	528.171	517.532
Prestações de serviços	55.294	58.768
	<u>583.465</u>	<u>576.300</u>



Na tabela seguinte, apresenta-se a composição da receita de contratos com clientes conciliada com os segmentos reportáveis da Companhia e sua controlada (nota explicativa 8):

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Armazenagem	413.548	422.318
Granéis	35.621	35.841
Peças e serviços	72.108	58.201
Exportação	62.188	59.940
	583.465	576.300

29. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Aluguel de propriedades para investimento	6.027	8.142	218	174
Royalties	5.711	5.810	-	-
Subvenções governamentais (nota 35)	-	-	16.289	13.107
Recuperação de despesas diversas	235	222	2.871	2.194
Crédito de impostos - CPRB sobre receita bruta paga a maior (nota 13)	-	-	-	13.460
Recuperação de Impostos - PIS/COFINS	-	-	-	4.755
Outras	-	-	11	69
	11.973	14.174	19.389	33.759

30. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(1.416)	(2.052)
Contingências cíveis, trabalhistas e previdenciárias	56	(250)	9.580	(4.066)
Condenações diversas	(1)	(39)	(14.275)	(3.146)
Ociosidade do imobilizado	-	-	(337)	-
Perda na venda/baixa obsolescência do ativo imobilizado	-	-	(6.286)	(2.089)
Perdas no recebimento de crédito de clientes	-	-	(95)	213
Pis/Cofins sobre outras receitas	(1.180)	(1.290)	(1.181)	(1.291)
Multas contratuais	-	-	(1.703)	(262)
Pensões vitalícias	-	-	-	(22)
Provisão PLR	-	-	(8.202)	-
Outras	(2)	(1.228)	(1.854)	(3.724)
	(1.127)	(2.807)	(25.769)	(16.439)



31. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Depreciação e amortização	*(2.189)	*(2.024)	*(30.888)	*(27.423)
Despesas com pessoal	(3.941)	(4.518)	(92.902)	(95.845)
Matéria-prima / produtos adquiridos	-	-	(251.886)	(282.953)
Despesas com benefícios empregados	(237)	(192)	(9.840)	(9.938)
Comissões sobre vendas	-	-	(17.548)	(14.144)
Garantias	-	-	(6.238)	(5.839)
Fretes sobre vendas	-	-	(20.174)	(31.889)
Serviços de montagem	-	-	(41.866)	(46.253)
Serviços de terceiros	(1.277)	(1.429)	(15.530)	(13.931)
Comerciais e viagens	(270)	(285)	(5.745)	(6.028)
Locação	(8)	(292)	(947)	(5.984)
Ociosidade fabril	-	-	-	(1.021)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(5)	-	(7.642)	(6.397)
Encargos e outros	(654)	(367)	(23.452)	(24.980)
	(8.581)	(9.107)	(524.658)	(572.625)
Despesas de vendas	-	-	(38.419)	(35.172)
Despesas administrativas e gerais	(8.581)	(9.107)	(47.968)	(44.513)
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(438.271)	(492.940)
	(8.581)	(9.107)	(524.658)	(572.625)

(*) A composição dos valores constantes nesta rubrica, referem se as movimentações da depreciação/amortização dos grupos de arrendamento mercantil, propriedade para investimento, imobilizado e intangível.

32. Custo do produto vendido

	Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Custo dos produtos vendidos	(438.271)	(491.919)
Custos não alocados	-	(1.021)
	(438.271)	(492.940)

Os custos não alocados são representados por valores não usuais ou custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos, principalmente relacionados ao baixo volume de produção e embarque, reconhecidos diretamente no resultado no período em que ocorrem em conta destacada dos custos dos produtos vendidos.

33. Resultado financeiro

a) A movimentação das receitas financeiras estão apresentados abaixo:

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Varição cambial/monetária ativa	20	14	5.868	6.798
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.968
Receitas com aplicações financeiras	1.172	1.364	3.110	5.228
Outras receitas financeiras	-	5	463	975
	1.192	1.383	9.441	14.969



b) A movimentação das despesas financeiras estão apresentados abaixo:

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(12)	(7)	(6.289)	(9.109)
Juros de mora e IOF contratuais	(13)	(69)	(501)	(855)
Variação cambial/monetária passiva	(113)	(145)	(5.796)	(8.025)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(546)
Despesas com fiança bancária	-	-	(623)	(545)
Pis/Cofins sobre outras receitas	(55)	(64)	(365)	(314)
IR retido sobre operações exterior	(9)	(16)	(517)	(696)
Outras despesas financeiras	(62)	(87)	(251)	(609)
	(264)	(388)	(14.342)	(20.699)

34. Resultado por ação

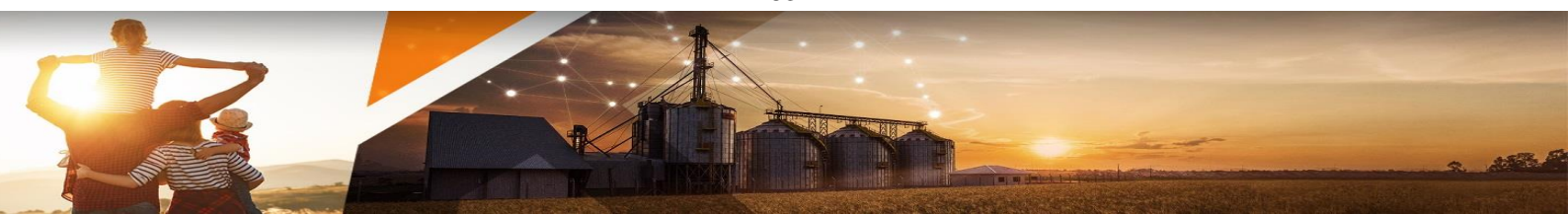
	Controladora e Consolidado	
	Dez/2019	Dez/2018
Básico:		
Resultado líquido	37.572	8.266
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971
Resultado por ação ordinária básico - R\$	1,4279	0,3142
Diluído:		
Resultado Líquido	37.572	8.266
Extinção do Plano de Compra de Ações	1.757	-
Resultado líquido	39.329	8.266
Resultado líquido ajustado pelo efeito da diluição	39.329	8.266
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971
Média ponderada de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	26.311.971	26.311.971
Resultado por ação diluído - total - R\$	1,4947	0,3142

35. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, obteve benefício fiscal de redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente. O termo de acordo assinado originalmente no ano de 2002 foi posteriormente aditivado, prorrogando o benefício até o exercício de 2032. A Companhia teve as seguintes contrapartidas:

- A realização de investimentos até 31 de dezembro de 2028;
- A manutenção e geração de empregos até 31 de dezembro de 2032; e
- Manter faturamento mínimo anual (fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul), até 2032.



O benefício reconhecido no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 16.289 (no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 13.107) e está reconhecido no resultado do período como “outras receitas operacionais”, sendo posteriormente destinado para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido da Controlada. Em 31 de dezembro de 2019 a controlada possui a obrigação legal de reconstituir a reserva de incentivo fiscal relacionada a períodos anteriores no montante de R\$ 38.457.

36. Cobertura de seguros

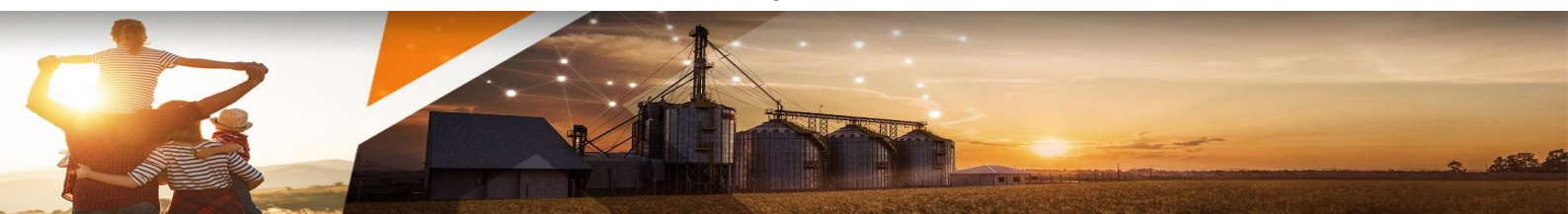
A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém, ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

Consolidado	Vigência	Valor
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	Mai/20	1.450
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Set/20	20.000
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – Industriais	Set/20	5.000
		26.450
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)		
	Jan/20	2.400
	Mar/20	35.090
	Abr/20	302
	Set/20	781.560
	Out/20	2.700
	Jun/21	1.080
	Out/23	2.700
		825.832
		852.282

A seguir abertura das modalidades pertinentes aos seguros:

Consolidado	Valor
Garantias relacionadas a clientes	9.272
Transporte Nacional	2.500
Transporte Exportação	4.030
Transporte Importação	4.030
Risco Engenharia (relacionadas a obras com montagem de responsabilidade da Companhia).	35.000
Patrimonial (Lucros Cessantes - Despesas fixas decorrentes de vendaval e incêndio)	771.000
Responsabilidade civil de diretores e administradores	20.000
Responsabilidade Civil Geral (Estabelecimentos; Empregador; Riscos Contingentes de Veículos; Danos Morais)	5.000
Veículos	1.450
	852.282



Conselho de administração

Presidente do Conselho de Administração
Marcelo Guimarães Lopo Lima

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Julio Cesar de Toledo Piza Neto

Membros

Camilo Buzzi

José Pais Paz Rangel

Maria Gustavo Heller Britto

Rafael Maisonnave

Conselho fiscal

Membros

Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia

Marcio Ferraro

Rafael Zanon Guerra de Araujo

Diretoria

Diretor Presidente

Piero Abbondi

Diretor Administrativo e Financeiro

André Luís Paz Acosta

Gerência

Gerente de Controladoria

Edirlei Lohrentz da Silva

Contadora

Cristiane Beatriz Back Bender

Contadora

CRC-RS 072285/O-2

